

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**LUÍSA REGO NUNES**

**MULTICULTURALISMO LITERÁRIO:** uma análise de formação autoidentitária em  
grupos excluídos sociais pelo viés da semiótica

São Luís

2023

**LUÍSA REGO NUNES**

**MULTICULTURALISMO LITERÁRIO:** uma análise de formação autoidentitária em grupos excluídos sociais pelo viés da semiótica

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas

Nunes, Luísa Rego.

Multiculturalismo Literário: uma análise de formação autoidentitária em grupos excluídos sociais pelo viés da semiótica / Luísa Rego Nunes. - 2023.

57 p.

Orientador(a): José Ribamar Ferreira Júnior. Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2023.

1. Cultura. 2. Exclusão social. 3. Identidade. 4. Literatura. 5. Semiótica. I. Ferreira Júnior, José Ribamar. II. Título.

**LUÍSA REGO NUNES**

**MULTICULTURALISMO LITERÁRIO:** uma análise de formação autoidentitária em grupos excluídos sociais pelo viés da semiótica

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior** (Orientador)

Doutor em Comunicação e Semiótica

---

**Prof. Me. Junerlei Dias de Moraes** (Examinador 1)

Mestre em Comunicação Social

---

**Prof. Dr. Sarah Fontenelle Santos** (Examinador 2)

Doutora em Estudos de Midia

*“Um leitor vive mil vidas antes de morrer, o  
homem que nunca lê vive apenas uma.”  
(Georg. R. R. Martin)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, ao ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

A minha mãe que sempre apoiou minha trajetória acadêmica de perto, as dificuldades e vitórias.

Ao meu pai por todos os seus conselhos, apoio e por ter me possibilitado herdar o amor pela leitura e pela escrita.

Aos meus familiares e amigos por todo o carinho e incentivo.

Ao meu melhor amigo e companheiro de vida que nunca me deixou desistir mesmo quando não me sentia capaz.

Aos meus professores por todo o zelo e comprometimento ao qual me conduziram ao longo do curso, em especial ao meu orientador que com paciência e cuidado me guiou durante a produção deste trabalho.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha vida, no meu amadurecimento como profissional e pessoa e na minha formação acadêmica.

## RESUMO

A desigualdade social e racial no Brasil tem origem estrutural e sistêmica, tornando-se inquestionável e persistente devido a fragilidade de políticas públicas de enfrentamento. Levando em conta essa realidade desigual para com a população a margem da sociedade brasileira, grupos alvo de discriminação, faz-se necessário discutir meios para frear esse processo de continuar se perpetuando por gerações e passar a reconhecer o mundo como formado de diferentes sujeitos oriundos de contextos diversos: étnico-racial, de gênero e cultural. Procura-se compreender e repensar a literatura como um instrumento identitário tendo como base a sua capacidade de prover acesso ao ambiente socio-plural, mesmo com o silenciamento e a padronização presentes ao longo dos anos pela priorização de um cânone literário, pouco contemplativo de literaturas de origem afro-brasileira, africanas e indígenas, com personagens LGBTQIA+ e ainda, femininos. Para alcançar tal proposta se objetiva explicitar a capacidade da literatura multicultural como instrumento de identificação e pertencimento a parcela excluída, provando a leitura como apontadora da multiplicidade de pontos de vista pelo viés da semiótica discursiva de Greimas e evidenciar um possível caminho para tornar a sociedade mais inclusiva e tolerante com a realidade de outrem, ao reconhecer comportamentos, crenças e a forma como diferentes grupos entendem e explicam a condição humana, analisando entrevistas de pessoas pertencentes a essa parcela e suas experiências com a literatura e assim concluir que a literatura é um instrumento identitário capaz de proporcionar o fortalecimento da identidade de cada um dos sujeitos pelo contato com realidades similares as suas.

Palavras-chave: Cultura. Literatura. Semiótica. Identidade. Exclusão social.

## **ABSTRACT**

Social and racial inequality in Brazil has a structural and systemic origin, becoming unquestionable and persistent due to the fragility of public policies to confront it. Taking into account the unequal reality of people excluded of Brazilian society, target as groups suffering discrimination, it is necessary to discuss ways to stop this process from continuing to perpetuate itself for generations and start to recognize the world as made up of different subjects from different contexts: ethnic-racial, gender and cultural. It seeks to understand and rethink literature as an identity tool based on its ability to provide access to the socio-plural environment, even with the silencing and standardization present over the years by prioritizing a literary canon, not very contemplative of literature of Afro-Brazilian, African and indigenous origin, with LGBTQIA+ and even female characters. In order to achieve this, the goal is to explain the capacity of multicultural literature as an instrument of identification to the excluded group, proving the reading makes the multiplicity of points of view clear through the bias of Greimas' discursive semiotics and to highlight a possible way to make society more inclusive and tolerant of the reality of others, by recognizing behaviors, beliefs and the way in which different groups understand and explain the human condition, analyzing interviews of people belonging to this group and their experiences with literature and thus concluding that literature is an instrument of identity. capable of strengthening the identity of each subject through contact with realities similar to their own.

Keywords: Culture. Literature. Semiotics. Identity. Social exclusion.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O NASCER DA REPRESENTAÇÃO EMPÁTICA</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>O romance epistolar: primeiro ato identitário</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>O processo comunicacional no lugar de fala da historicidade literaria</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>LITERATURA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA</b>	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Autorepresentação na literatura brasileira</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>A CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA DA LITERATURA IDENTITÁRIA: MULTICULTURALISMO E SEMIÓTICA</b>	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>O universo multicultural da literatura</b>	<b>32</b>
<b>4.2</b>	<b>Semiótica discursiva no processo comunicacional identitário</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>
	<b>APÊNDICE A – Transcrição da entrevista com Dávila Juca, mulher trans</b>	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE B – Transcrição da entrevista com Carla Mendes, mulher e negra</b>	<b>54</b>
	<b>APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com Cauã, indígena</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano, ainda criança, ao adquirir o hábito da leitura, fascina-se com a capacidade da mente infantil de visitar outras realidades não palpáveis e sentir-se outro alguém por meio das palavras. A importância das letras impressas na comunicação, no compreender da realidade própria e alheia, é proporcionar a uma mente em branco o contato com contextos extrínsecos. O teórico John Locke (2004) discute sobre isso no empirismo, ao expor o homem como capaz de aprender majoritariamente por meio de experiência vividas em seu cotidiano. Locke trabalhava em cima do funcionamento cognitivo do indivíduo e investigava formas pelas quais a mente seria capaz de adquirir conhecimento, estudando todo o trajeto percorrido pelo conhecimento desde a formulação do saber ao armazenamento dessas impressões na memória.

O teórico compila uma transcrição de um conjunto de experiências próprias como tutor, as quais servem como parâmetros para a boa educação do ser humano, apoiadas em resultados positivos por ele alcançados (BATISTA, 2010). Essa abordagem se atenta para a dimensão intelectual do homem e para sua formação moral (FAGUNDES, 2014). Nesse contexto, a leitura possui importância na educação, no olhar em relação ao mundo, no jeito de ser e sentir, ou seja, no comunicar e nos processos pertencentes a comunicação, adquiridos por meio da absorção de experiências próprias e outrem escritas em páginas brancas, como o próprio teórico menciona, transcrições da realidade capazes de compor o sujeito no decorrer da vida:

Segundo essa concepção, em razão do fato de que todo o conhecimento se adquire através das experiências, sendo posteriormente sistematizado pela razão, a criança é um papel em branco, no qual é possível escrever o que bem entender, fornecendo-lhe boas experiências, capazes de formar a personalidade e a moral como de adultos. Não possuindo experiências anteriores, a criança pode, portanto, ser moldada. Apesar disso, o autor não desconsidera a particularidade de cada criança, alerta que faz em sua própria obra. (LOCKE, 2012, p. 388).

Esses seriam possíveis impactos dos livros na mente de crianças e pessoas adultas praticantes do hábito. O contato de crianças com a leitura é um tópico importante ao decorrer do trabalho. O propósito é entender a literatura na infância como contribuição para o processo de crescimento identitário de adolescentes e adultos e a forma como a criança irá se comunicar com o mundo e os diferentes sujeitos que dele fazem parte. Assim, leva-se em conta a infância como um prelúdio do futuro e o ser humano, páginas em branco, preenchidas aos poucos, imergindo

na cultura intrínseca do autor transmissor de experiência vivida em uma representação de si mesmo e da sua realidade, assim sendo, como proposto pelo escritor Machado de Assis, o menino é o pai do homem<sup>1</sup> (1994).

O desejo de projetar representatividade social na literatura sempre foi uma necessidade histórica. Correlata a essa ânsia, surge a problemática da não representação mencionada por teóricos como Homi Bhabha (1998) e Edward Said (2007) no contexto da colonização europeia. A não representação abriga um silenciamento histórico-cultural possível de ser exemplificado nos povos colonizados, em virtude da imposição de tradições euro-ocidentais, uma estratégia política de dominação. Os textos no que se dizia respeito à literatura da época eram escritos pela classe dominadora, privando a classe dominada desse papel ao julgá-la incapaz da arte da escrita, deixando a manifestação da liberdade de expressão das classes dominadas restrita a oralidade.

A oralidade era legitimada e por muito tempo foi e ainda é, um dos principais meios de transmissão de experiência da população não vista como erudita e que por questões sociais e políticas, não tem acesso ao texto escrito. Portanto, as aparições dos excluídos sociais da época na literatura são resumidas a sua oralidade legítima e às transcrições delas feitas pela classe dominante. De acordo com crítico e historiador, Paul Zumthor (1993), a voz foi um fator constitutivo de toda obra e, portanto, considerada "literária" com uma importância na transmissão cultural e tradicional. No entanto, o escrito tornou possível o que era entendível e acessível apenas por quem fazia parte daquela realidade oral, passível de ser perpetuado de maneira abrangente por meio de textos, da literatura propriamente escrita.

Com isso em mente, Roland Barthes (2004), estudioso da semiologia, cria o termo "a morte do autor" e cita exemplos de praxe ao longo da trajetória humana, referentes ao mundo das artes. Saindo brevemente do contexto da literatura como arte identitária, vê-se por meio do raciocínio de Barthes, um processo semelhante nas artes plásticas: "a obra de Baudelaire é o falhanço do homem Baudelaire, a de Van Gogh é a sua loucura, a de Tchaikovsky o seu vício" (BARTHES, 2004, p.50), ou seja, a explicação da obra é sempre posta do lado de quem a produziu, como se,

---

<sup>1</sup> Verso do escritor inglês Wordsworth (1770-1850) incorporado e traduzido por Machado de Assis (1839-1908), que ultrapassou os registros da arte, servindo de inspiração à teoria de Freud psicanalítica: "A psicanálise foi obrigada a derivar a vida psíquica do adulto da vida da criança, a levar a sério a proposição: o menino é o pai do homem". (COUTINHO, 2011, p. 81).

por meio da alegoria subtendida da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor entregando a sua “confidência”.

Neste trabalho, pretende-se analisar o protagonismo não como um único viés, mas dividido entre quem escreve, autores legitimados dentro do contexto específico de identidade, e quem é igualmente importante nesse processo pois sem ele, não há vida a obra: o leitor, capaz de imergir, ver-se representado e sentir-se pertencente no espaço de dimensões múltiplas onde se assemelham e se contestam diferentes realidades das quais nenhuma é original: a literatura é um conjunto de citações e uma miscelânea de vários focos de cultura.

Para chegar à conclusão da literatura como um instrumento eficiente de formação identitária foram feitas entrevistas com pessoas pertencentes aos grupos considerados neste trabalho como a margem social. Realizadas por meio de reuniões on-line em vista do contexto pandêmico enfrentado mundialmente, foram de caráter casual e descontraído, sem perguntas pré-estabelecidas, no estilo de conversação com objetivo de extrair o máximo da experiência subjetiva com a literatura vivida por cada um dos escolhidos e possibilitar liberdade de compartilhar suas histórias de construção identitária.

Mais do que parte dos grupos a margem social, procura-se mostrar apenas um recorte de quem são, parte atrelada às características sociais de quem são enquanto indivíduos: mulher trans; mulher negra; indígena. De maneira alguma pretendeu-se limitar suas consciências e bagagens subjetivas a esses espaços, mas colocar esse recorte como uma premissa, uma janela para a imensidão de possibilidades que o ser humano independente de sua origem étnica, escolha de gênero, ou raça possa determinar.

A psicanalista francesa, autora de livros sobre a questão, conceitua a identidade como representação de si mesmo, capaz de garantir um sentimento de coesão e de existência. Adquirir identidade seria um reconhecimento de si mesmo e o desejo de ser reconhecido pelo outro (BERRY, 1990). Neste contexto, entra a possibilidade da literatura como representação identitária, quando o dominado sobe ao palco e fala diretamente com os seus iguais, morrendo a figura do único autor e da não representação histórica, para ressurgir como muitos, representando as classes excluídas. Neste trabalho as classes excluídas são representadas por: indígena, mulher negra e mulher trans, na posição de leitores como atingidos pelo fazer literário. É importante destacar que não são apenas esses indivíduos que

compõe o mosaico de exclusão social, mas os escolhidos para serem entrevistados neste trabalho. A população a margem da sociedade é toda aquela que é excluída não apenas no contexto social, mas no universo literário, dados como incapazes de produzir literatura e dela extrair algo.

Toda literatura vai ser passível de se transformar em um instrumento identitário? Neste trabalho, essa capacidade diz respeito a uma literatura multicultural e não à literatura considerada pelos cânones literários e utilizada pela população dominante que não se encaixa nos padrões de exclusão.

Na literatura multicultural não é concebível um processo de produção literária desarticulado das questões culturais, considerando tudo que é produzido como obra de um ser humano e que todo ser humano é permeado cultura e regras sociais, portanto, ao analisar a experiência de cada um dos escolhidos, leva-se em conta a existência de uma multiplicidade de sujeitos oriundos de contextos diversos nos mais diferentes aspectos: social, étnico-racial, de gênero e cultural.

Os processos de leitura multicultural consistem em: identificação e descrição; discriminação; relações e comparações, interpretação e análise; síntese e generalização e avaliação e ação. Passando por essas etapas, a literatura é considerada multicultural e ajuda a desenvolver uma compreensão sobre elementos de classe e condição social, de poder, opressão e domínio.

Para analisar como os sujeitos produzem sentidos na literatura multicultural e fisgam os leitores com sua experiência, vamos utilizar a semiótica discursiva do linguista Algirdas Julius Greimas (1979) para dar significação e explicar as condições da apreensão e da produção do sentido. Para isso, o leitor precisa ir além de olhar o mundo e julgar-se como dele ausente, mas situar-se no mundo e entender como ele compromete o fazer teórico. A literatura não integra igualmente o cotidiano de interesses de todas as classes sociais e assim se estabelecem normas para classificação de produção de literatura, como também para classificar os sujeitos que as escreverem.

Para entender essa premissa usaremos a teoria de Greimas, estudioso da semiótica, levando em conta o autor como defensor do gosto como um acontecimento social (FIORIN, 1997), ou seja, a identificação e o gosto pelo contexto expresso na literatura não vão depender unicamente de qualidade do conteúdo escrito, e sim da similaridade exposta no cenário da leitura e o vivido pelo excluído social na prática, assim como a visão do privilegiado socialmente em um

universo o qual não lhe abrange, dependendo da legitimidade destoante exposta na literatura.

Veremos aqui o leitor não como algo abstrato e universal pressuposto por uma significação textual existente (“receptor” ou “destinatário”) mas, sobretudo o “centro do discurso”, que constrói, interpreta, avalia, aprecia ou rejeita significações como destaca o teórico Bertrand Russell (2003). O leitor, conforme Russell (2003, p. 20), “não apenas atribui significações, mas se inscreve na ordem dos sentidos, reagindo ao dizer a partir de seu modo de ser no mundo” e assim, esse modo de ser também vai refletir na sua escolha de leitura, não rotulado, mas classificando por um filtro de interesse subjetivos.

Com as entrevistas pretendeu-se observar as escolhas de leituras feitas pelos entrevistados e o modo como imediatamente relacionam os textos a elementos das suas experiências particulares, atestando a compreensão sem comprometer-se com uma prática mais formal, capaz de dar mostras da pertinência da leitura realizada. Essa literatura capaz de gerar tão reação foi a literatura multicultural.

Para reconhecer e explicitar a capacidade da literatura multicultural como instrumento de identificação e pertencimento com sua própria cultura para a parcela excluída da sociedade, foram utilizados aspectos linguísticos e culturais com o objetivo de explanar a questão do discurso interior de quem lê e basear os efeitos de recepção do público quanto a questões de: identificação com os personagens, transmissão de subjetividade para o telespectador e impacto das técnicas literárias. Assim como foram validados os argumentos propostos por meio da análise conjunta dos discursos de todos os entrevistados.

A metodologia empregada para comprovar o alcance de tais objetivos foi de caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa, visto que foi aplicada uma pesquisa de campo direta com entrevistados pertencentes a diferentes grupos a margem social (índios, mulheres negras, comunidade LGBT). Para a coleta de dados, foi utilizada uma pesquisa também qualitativa, visto que se fez o uso da bibliografia de sites e livros.

A vertente teórica utilizada para a análise das entrevistas foi a semiótica discursiva e didática, assim como etapas de validação da literatura como de caráter multicultural. Os processos de leitura multicultural que usamos neste trabalho consistem em: identificação e descrição; discriminação; relações e comparações, interpretação e análise; síntese e generalização e avaliação e ação.

Com os processos de identificação e descrição, espera-se que se possa apontar e caracterizar os aspectos culturais e os elementos que definem, constituem e representam a população, grupo, ou tema sendo abordado. Por meio da discriminação, demonstra-se a habilidade do ser humano em distinguir fato e ficção, isto é, diferenciar os elementos que podem ser identificados a partir da realidade e da evidência, quais elementos resultam de julgamento pessoal ou impressões subjetivas.

Este processo é particularmente importante para que se possa evitar a criação e difusão de estereótipos. Estereótipos funcionam como etiquetas que criamos e colocamos em diferentes grupos de pessoas e que nos ajudam a criar e impor sentido e ordem ao que muitas vezes não conseguimos entender ou explicar. Entretanto, são criados a partir de observações e impressões sem fundamento científico e acabam por aferir um sentido negativo ao grupo a que se referem, por isso é importante para que o objetivo desse trabalho em questão se cumpra, que é utilizar a literatura como identificação que esses estereótipos serão quebrados no campo literário.

Isso acontece porque o autor do texto que lê opera uma espécie de aplicação imediata do texto na explicitação de situações vividas por ele. Para a semiótica, resta a atenção ao texto em si, mas também os processos operados pelos sujeitos ao ler, sem rejeitar apressadamente que pode ser importante para observar os mecanismos de produção de sentido pelos sujeitos.

Pensamos que toda teoria da leitura tenha necessariamente que considerar o leitor parte da história, pois, se é o sujeito quem produz sentido ao ler o mundo e os textos, não há como deixar de lado a dimensão da sua historicidade e, nessa direção, suas filiações ideológicas e inscrições na ordem do discurso. Na condição de leitores, podemos, então, problematizar esse modo como produzimos sentidos para o mundo e o que conta para que, num dado momento da história, haja a legitimação de um ponto de vista sobre os demais.

Subsidiados pela semiótica discursiva, ler se torna um ato de produção de sentido e engaja o sujeito. Diante das peculiaridades do ser desse sujeito, de seu modo de interagir com os outros, com os textos, com o mundo, pela sua história de vida e de formação e por seus interesses de leitura, conclui-se que coexistem diferentes possibilidades de produção de sentido, portanto, em vez de fechamento, a leitura pode apontar para a multiplicidade de pontos de vista.



## 2 O NASCER DA REPRESENTAÇÃO EMPÁTICA

Na ciência clássica a concepção de realidade como intrinsecamente racional e passível de ser plenamente captada por ideias e conceitos lançou as bases para um entendimento do ser humano. Para Aristóteles<sup>2</sup>, o homem é um animal racional, essa concepção se encaixa nos pensamentos da maioria dos filósofos que o procederam. O “ser racional” seria um prelúdio para a capacidade de pensar, ato que permite ao ser humano sair de si mesmo sem sair do lugar. Definido pelos gregos antigos como um passeio da alma, pensar é parte essencial da natureza humana, exprime sua existência e torna possível a condição de tomar decisões, fazer escolhas, estabelecer princípios, normas e atribuir a verdade subjetiva individual.

Relacionada ao pensamento, está a consciência. Ter consciência é possuir a capacidade de percepção da realidade própria e da realidade alheia, condizente a outrem. O ser humano, ao viver em sociedade, não consegue fugir de ser permeado por costumes, percepções e tradições. Todos um dia lhe foram alheios até serem absorvidas pela convivência com outros da mesma espécie em um contexto social. O ser humano, indiscutivelmente, ao longo dos séculos, se misturou e ainda se mistura com o contexto social ao qual é pertencente, sendo uma realidade intrínseca, tão naturalmente quanto o respirar. O indivíduo conforme vive e tem contato com o mundo e logo, com outros seres humanos, diferentes dele próprio, faz descobertas extrínsecas.

De acordo com John Locke (2004), ainda na perspectiva da importância da experiência vivida para a construção do ser humano, a razão, o pensamento racional, teria o poder de combinar, coordenar e organizar as impressões recebidas pelos sentidos e assim construir uma teia de impressões gerais, significando o conhecimento.

A necessidade do ser humano de interagir com sua própria espécie e com o mundo evidencia uma lacuna de leis que regulassem essa interação. Surge então um ponto chave para o entendimento de como o ser humano vai passar a se entender e entender aos outros caracterizando uma revolução no campo social, o surgimento de leis prioritárias para o cumprimento da dignidade moral e física do

---

<sup>2</sup> Filósofo e polímata da Grécia Antiga, um dos pensadores mais influentes da história da civilização ocidental.

homem, os direitos destinados a qualquer ser humano, independente de raça, cor ou etnia.

A emergência dos Direitos Humanos<sup>3</sup> veio para solidificar noções individuais e alheias, provendo a absorção de um mundo composto por identidades diversas e a possibilidade confirmada, e aceitação, de uma empatia entre psiques distintas, mas integrantes de um mesmo grupo, a humanidade.

Os Direitos Humanos sobrevivem e se modificam com o passar dos séculos, considerados os únicos a sempre triunfar em cima de políticas de soberania nacional e da democracia, passando a serem considerados verdades e distinguindo o homem como detentor de subjetividade.

## 2.1 O romance epistolar: primeiro ato identitário

Apesar do surgimento dos Direitos Humanos, no século XVII e atualmente, a perspectiva da igualdade dos indivíduos se contradiz com a exclusão de uma parcela da sociedade não considerada apta para ter autonomia moral, não sendo dono de sua própria realidade subjetiva:

“[...] excluía algumas categorias de pessoas do exercício desses direitos, isso ocorria principalmente porque eles não os viam como inteiramente autônomos: os escravos, as crianças, e os loucos, mais obviamente; mas também (quase tão obviamente, para as pessoas do século XVIII), os criados, os sem-propriedade, e as mulheres.” (HUNT, 2005, p. 274)

O desenvolvimento incompleto da idealização da criação dos Direitos Humanos acontece pela evidência das desigualdades sempre existentes, porém, não tão notadas por todos, expondo direitos e vantagens construídos pelo imaginário e tradição secular, passados entre gerações para a manutenção do *status quo*. Ao mesmo tempo, enquanto se percebe a falha na idealização dos direitos humanos, a sociedade continua se movimentando rumo ao desenvolvimento e com ela se espalha a nova concepção subjetiva do que era permitido e incluído no processo de igualdade humana, à medida que o mundo começa a ser coberto por uma fina e lenta camada de percepção do outro como existente, como um gás, uma neblina que cobre os centros urbanos aos poucos deixando quem tem acesso à cultura imerso em um senso de si.

---

<sup>3</sup> Normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, regendo o modo como os seres humanos individualmente vive em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles. (O QUE..., 2015).

Esse fenômeno começa a se evidenciar em setores da sociedade. O público de performances teatrais, por exemplo, aumenta, e de repente quem tem acesso a música a ouve em silêncio e de forma solitária, relacionando a letra com seus próprios devaneios intrínsecos, o efeito da música que se conhece nos dias de hoje, nunca antes experimentado começa a impactar a população. Retratos e pinturas de gênero começam a tomar o lugar das grandes telas históricas e mitológicas de valor histórico e a sociedade começa a se tornar mais próxima da arte que agora não mais pretende que esteja pendurada nas paredes intocadas de museus vazios, mas que pela primeira vez, quer sentir nas mãos e ter em casa, dentro da sua subjetividade a presença do viés artístico como algo palpável.

A tortura, como parte do processo judicial, e as formas mais extremas de punição corporal vieram aparecer inaceitáveis. A autoridade absoluta dos pais sobre suas crianças foi questionada. Romances e jornais se proliferaram. Todas essas coisas contribuíram, de uma forma ou de outra, para o surgimento do sentimento de individuação e auto-posse do corpo, ou para a possibilidade de haver empatia entre psiques separadas, que se concebiam como sendo, de alguma maneira fundamentalmente, semelhantes.” (HUNT, 2005, p.275)

Entre as produções culturais e artísticas da época, surge o romance epistolar<sup>4</sup>, o primeiro indício concreto de uma literatura capaz de dar continuidade ao início dos valores que o nascimento dos Direitos Humanos fez nascer: o de se identificar com outrem, se colocar extrinsecamente no lugar de um ser humano que não a si próprio.

Na metade do século XVII, publicados nos jornais da época, os romances epistolares foram a porta de entrada para o fenômeno que ficou conhecido como “empatia imaginada”. Em formato de troca de cartas, a estratégia comunicacional mais comum da época, despertava no leitor a compulsão de criar uma conexão e um relação de empatia com os personagens ficcionais, ao retratar pessoas com o mesmo cotidiano de quem lia, ambientados no mesmo local em que residiam e com emoções parecidas com as suas. Os leitores eram mergulhados em um sentir por outrem, mesmo no princípio, um outrem que não fosse real.

O fenômeno da empatia imaginada gerou uma transformação social e política, uma continuidade do que os Direitos Humanos haviam iniciado com seu surgimento:

---

<sup>4</sup> O Romance Epistolar é um gênero literário caracterizado por uma narrativa escrita, principalmente, mas não exclusivamente, através de cartas. O gênero textual chat, por sua vez, é resultante das inovações das últimas décadas nos meios de comunicação. Caracterizado por sua troca de mensagens rápida e instantânea, ele é adotado por várias pessoas como uma forma eficiente de comunicação. (FERRARA, 2003)

o incentivo a uma sociedade com direitos e costumes pautados na importância do cuidado com o outrem. O papel do romance epistolar aconteceu por ter refletido em suas páginas experiências de outrem e não apenas de seu autor. Os autores do século XVII em sua maioria eram, ainda como os de hoje mesmo que de maneira imensamente mais intensa, a parcela não excluída da sociedade. Apesar disso é nessa modalidade de romance que certos personagens que não faziam parte dessa parcela começam a ser descritos nas páginas do romance de cartas e o mais importante: como personagens principais e não secundários.

Essa inclusão criaria um novo contexto social e assim, uma transformação histórica. Transformações são recorrentes na historiografia do mundo e o que caracteriza um fato meramente histórico como tal é a transmissão de novas reflexões entre os integrantes da sociedade:

Na cultura histórica de todo grupo social tem-se o conteúdo da reflexão historicizante sobre si e sua origem e a prática de transmissão dessa reflexão entre seus integrantes, nas dimensões vertical (passado-futuro) e horizontal (presente). A dimensão horizontal é a plataforma de mediação entre continuidade e mudança na memória coletiva e individual. Para todo e qualquer agente, a cultura histórica é, necessariamente, uma situação dada sob cujo influxo ele atua (aquisição gradual da consciência histórica por mimetismo inicial e por distanciamento crítico). (MARTINS, 2016, p.73)

Quanto à transformação histórica iniciada nesse período podemos classificar a humanidade, no conceito que se pretende estabelecer, como dotada de duas naturezas: uma pré e uma pós o advento em questão. A primeira natureza das produções literárias pode ser caracterizada pela racionalidade discursiva e argumentativa. A segunda natureza, após a transformação do retrato social em uma realidade mais inclusiva na retração de personagens exclusivamente, pode-se citar o princípio de uma educação histórica, desenvolvida nos processos educacionais existentes no respectivo meio sociocultural, instituindo hábitos e convicções outrora inimagináveis e agora pautados pela consciência, não mais exclusivamente nos grupos dominantes socialmente:

Deste modo, por meio de trabalhos com esta forma narrativa, o romance epistolar disseminou uma nova psicologia, e, conseqüentemente, uma nova ordem política e social. Eles tornaram uma criada, como Pamela, a heroína do romance homônimo de Richardson, igual, e até mesmo melhor, que um homem rico, como Mr. B. O romance epistolar argumentava que todos os indivíduos seriam fundamentalmente similares, porque seus processos psíquicos internos seriam similares; e isso demonstrou de forma dramática que os seres se faziam por meio de processos psíquicos internos, ou seja, que eles eram profundos. Ler os romances arrastava o leitor para dentro destes processos psíquicos, e criava um sentimento de igualdade e empatia, por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa. (HUNT, 2005, 279)

Ao ler os romances epistolares é possível, portanto, se identificar, por exemplo, com Pamela, Clarissa ou Julie<sup>5</sup>, protagonistas dos romances da época que não faziam parte da parcela dominante da sociedade, todas retratadas como empregadas das grandes famílias aristocratas da época. Ao sentir empatia por quem estava a margem social, solidificou-se um processo de aprendizado impulsionado por sensações corporais experimentadas ao ler, compreendendo a sociedade como um organismo construído por meio de regras sociais e ainda, que a identidade individual não era determinada previamente por status quo.

A tradição histórica ocidental da tradição literária é rompida e a perspectiva de visões dentro da vertente se torna mais subjetiva e passível de modificação. Como no exemplo citado, uma criada como Pamela torna-se a heroína do romance de Richardson<sup>6</sup>, igual, e melhor do que o homem rico, representado por Mr. B<sup>7</sup>, consolidando a reflexão da individualidade: todo ser humano possui interioridade e assim como nos Direitos Humanos, de forma singular, são todos merecedores de atenção individual.

A concretude desse processo fica explícito em cartas que os leitores enviavam aos autores dos livros epistolares e mais especificamente na diferença do ser entre leitor e personagem, e mesmo assim, a evidência da empatia criada entre dois universos diferentes:

Os homens se identificavam com a sorte delas, tanto quanto as mulheres. Das cartas endereçadas aos autores, sabemos que os homens de classes mais altas, inclusive oficiais militares, se identificavam intensamente com essas mulheres. Um Louis François, um militar reformado, escreveu para Rousseau: “Você me enlouqueceu com ela [Julie]. Imagine as lágrimas que a morte dela arrancou de mim... Nunca derramei tão deliciosas lágrimas. Essa leitura produziu um efeito tão poderoso sobre mim, que acredito que eu poderia alegremente morrer, durante esse supremo momento. (HUNT, 2005, p. 281)

Os romances de Richardson nos forçam a imaginar que o leitor desempenha um papel em sua história. O leitor concorda ou discorda, repreende ou admira, se sente triste ou feliz. Quando confrontado com a injustiça, experimenta uma repugnância que não saberá explicar para si mesmo. O romance produziu este

<sup>5</sup> Personagens do romance “Pamela” (1740) do escritor Samuel Richardson.

<sup>6</sup> Escritor e editor inglês do século XVIII, mais conhecido por seus três romances epistolares: Pamela: Or, Virtue Rewarded (Pamela: ou, a virtude recompensada— 1740), Clarissa: Or the History of a Young Lady (Clarissa: ou a história de uma jovem — 1748) e The History of Sir Charles Grandison (A História de Sir Charles Grandison — 1753). Richardson foi um consagrado impressor e editor por grande parte da vida e publicou quase 500 obras diferentes, incluindo revistas.

<sup>7</sup> Personagem do romance “Pamela” (1740) do escritor Samuel Richardson.

efeito por meio do processo de envolvimento com a narrativa, e não através de um moralismo explícito. Em resumo, você aprende a ter empatia por alguém que não é você mesmo, e que nunca poderá estar diretamente acessível a você. O leitor ao ter contato com o romance epistolar passa a reconhecer o outro como emocionalmente igual.

## **2.2 O processo comunicacional no lugar de fala da historicidade literaria**

Ao mesmo tempo, nos romances epistolares, surge a possibilidade de identificação por parte de quem lê para com os personagens descritos pelos autores e a possibilidade de o leitor tocar universos ainda inexplorados. Mesmo que o acesso a literatura fosse ainda restrito a quem participava da parcela da sociedade beneficiada social e politicamente, os excluídos, não de forma total, mas como uma faísca de uma representação da parcela excluída atualmente, começam a ganhar representação, por exemplo, por meio da personagem principal como uma criada e a classe que ela representava.

Essa representatividade com origem no texto literário ficcional ou não, não possui registros anteriores ao texto epistolar. Essa ausência é abordada por teóricos como Homi Bhabha e Edward Said e categorizada pela ocorrência de um silenciamento histórico-cultural de civilizações que dominaram o mundo em quesitos sociais, econômicos e políticos e as que precisam se vergar e se tornar opacas frente a uma dominância: os colonizados em virtude da imposição de tradições euro-ocidentais. O silenciamento não foi apenas um fato, mas uma estratégia política de dominação. E apesar de se concretizar no apagamento de registros, perpetuou-se, recusando-se a perder com o passar dos séculos em algo imutável, na memória coletiva.

O texto, sendo ele ficcional ou não, tem amarras históricas e vínculos com seus autores e com os personagens, criados pelos autores e assim, fruto de suas subjetividades e percepções sociais. Essa relação foi teorizada por Roland Barthes, pelo viés da semiótica<sup>3</sup>, como “morte do autor”. Posteriormente, vinculado às análises de Homi Bhabha e Edward Said sobre as representações sociais na literatura. Ter a subjetividade do autor na obra era o critério máximo para considerar a produção literária como válida e dentro da aba do “ser artístico”.

Assim, leitores dos mais assíduos aos esporádicos, dos iniciantes aos críticos buscavam analisar obras para encontrar a verdadeira face do autor incutida em suas páginas e escrita em segredos, enigmas destinados aos leitores para decifrar:

O autor reina ainda nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas das revistas, e na própria consciência dos literatos, preocupados em juntar, graças ao seu diário íntimo, a sua pessoa e a sua obra; a imagem da literatura que podemos encontrar na cultura corrente é tiranicamente centrada no autor, na sua pessoa, na sua história, nos seus gostos, nas suas paixões; a crítica consiste ainda, a maior parte das vezes, em dizer que a obra de Baudelaire é o falhanço do homem Baudelaire, que a de Van Gogh é a sua loucura, a de Tchaikovsky o seu vício: a explicação da obra é sempre procurada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, que nos entregasse a sua “confidência”. (MATTOS, 2021, p. 164)

A transferência total da subjetividade do autor para seus textos resultaria não apenas em obra digna de ser analisada como “arte” mas também em uma produção tirada, de acordo com o termo utilizado por Barthes (2004): “reinado tirânico do autor”, na qual coloca o texto, diferentemente do que era buscado na época, como uma vertente passível de neutralidade à medida que propõe o texto literário como uma encenação, um conjunto de cenários e palavras tecidas e costuradas entre si, capazes de produzir sentidos diversos dependendo do leitor que as lê e não apenas um único sentido proposto pelo autor que as escreve.

Apesar da literatura como instrumento de identidade social ter como pressuposto necessário, o de transmitir a realidade do autor e tocar quem lê com ela (principalmente se o autor e o leitor fazem parte do mesmo grupo social, pois de forma majoritária é nesse formato que se constrói a ponte entre quem escreve e quem lê para identificação identitária), é de suma importância entender o texto literário como passível de se consolidar como instrumento de formação identitária apenas quando capaz de absorver diferentes contextos e universos literários.

Ser capaz de absorver diferentes realidades, torna a literatura um meio naturalmente multicultural e assim a teoria de Roland Barthes da morte do autor vem embasar a possibilidade da escrita multicultural. Essa postura neutra do autor proposta por Barthes se tornou um fundamento válido nos estudos literários e parâmetro para tornar verdade o impedimento de qualquer identificação de um rastro autoral nas obras literárias e assim, impossível do leitor se conectar ao autor pelo contexto mostrado ser apenas uma encenação ou uma transmissão neutra de realidades.

Ao tornar-se a ruína dos autores e os condenar a impossibilidade de enunciar subjetivamente, Barthes não sanou todas as possibilidades da literatura identitária pois seu intuito, desde o princípio, foi o de anular a enunciação do autor de forma unilateral, ou seja, centrada na imagem de um sujeito integral e único, e assim fazer morrer a unilateralidade, chamando a atenção para o que realmente é o ser humano: uma miscelânea de produtos culturais e sociais absorvidos com o passar da vida.

O teórico, portanto, não preconizou o desaparecimento integral de qualquer sintoma autoral, mas abriu espaço para uma nova categoria da mente autoral: um sujeito capaz de fazer escolhas referentes a sua produção artística, considerando-a uma desconstrução subjetiva para que da neutralidade de uma só opinião, nasça uma produção que abarque uma multiculturalidade de realidades. Logo, o espaço tirânico do autor desmorona e ocorre a morte do sujeito único, quem escreve, para então nascer uma pluralidade de sentidos, levando em conta o texto como não capaz de produzir um sentido único, mas como um espaço rico em diversidade.

Assim, de acordo com Barthes, pode-se entender a figura do autor como depositária de “dimensões múltiplas” e a “sentença de morte” da teoria barthesiana, como um fator de impedimento de uma discussão sobre autoria como efeito de uma deturpada interpretação textual, incapaz de modalizar e contextualizar o que fora escrito (BARTHES, 2004)

A ocorrência de um silenciamento histórico-cultural das civilizações em contexto, os “colonizados em virtude da imposição de tradições euro-ocidentais” pode ser compreendido, pelo viés da morte do autor, como uma oportunidade para a mesclagem de obras dos “excluídos sociais” com obras da sociedade dominante. Isso pois, por intermédio dos dominadores e pelo registro gráfico nas línguas herdadas dos colonizadores, as obras que retratavam nações latino-americanas e africanas independentes, por exemplo, misturaram-se com produções dominantes e passam a fazer parte das produções dominantes, gerando um novo conceito de literatura, premissa para o que se conhece atualmente como literatura multicultural.

Portanto, além dos romances epistolares, o advento de mesclagem literária possibilitada pela morte do autor unilateral foi um dos primeiros indícios do caminho aberto para a literatura como instrumento de identificação, uma ferramenta comunicacional entre mundos distintos, dentre eles, um que particularmente precisava e ainda precisa dos holofotes: a literatura dos excluídos.

No século XX, a morte do autor colide com o surgimento de movimentos artísticos libertadores, como o modernismo e assim, adentra a literatura. De acordo com preceitos linguístico-culturais e ideais antropofágicos, a sede pela independência e individualidade, o incentivo ao nacionalismo e o sentimento de pertencimento cultural da nação a qual faz parte, muitas nações colonizadas se tornam independentes política e socialmente, como foi o caso da África, decretando ruptura com a Europa e não só com o continente, mas com as letras europeias, decidindo um novo destino para o corpus literário do país. O nascimento de uma noção identitária e obrigatoriedade intrínseca do autor possuidor de uma certidão africana para representar de maneira simbólica e artística o continente.

É claro que essa independência não se consolidou o suficiente para que surgisse um movimento concreto de emergência do continente em direção a uma prática literária suficientemente forte e certa a ponto de iniciar um processo de construção de identidade. Essa impossibilidade poderia ser considerada no senso comum por uma questão óbvia: a alta taxa de analfabetismo no continente na época e ainda na atualidade. É importante destacar, nesse contexto, a literatura em questão, no contexto dos povos colonizados, também como tradição oral, capaz de repassar histórias entre gerações, não transcritas em páginas de papel, mas na memória da população e assim, construir identidade.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009) conta sua história de mudança de vida por meio da identificação identitária. Desde criança, teve contato com livros ainda não permeados pelo rito morte do autor, ou seja, não eram leituras sedimentadas e construídas multiculturadamente, portanto, na África, de forma recente, ainda há a constância da pobreza de contato com a identificação:

Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas tudo mudou quando descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis e eles não eram tão fáceis de ser encontrados quanto os estrangeiros, mas, por causa de escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, minha percepção da literatura passou por uma mudança. Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia. (ADICHIE, 2009, p. 1)

Adichie por meio do contato com uma literatura multicultural, uma capaz de refletir sua própria realidade construiu um sentimento de pertencimento identitário e

ainda, de leitora torna-se escritora, morrendo como autora e assim, assumindo uma produção multicultural no seu fazer artístico, perpetuado o que absorveu:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada [...] eu gostaria de terminar com esta ideia: quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (ADICHIE, 2009, p. 5)

Com Adichie aconteceu o que os teóricos pós-coloniais defenderam como “desobediência epistêmica”, uma ruptura com o pensamento hegemônico, o desvinculo da produção cultural da nação com a predominância economia e política eurocêntricas, ou de qualquer origem dominante. O confronto ao eurocentrismo acontece na consciência individual no período pós-colonial<sup>8</sup>, fazendo com que a sociedade repense o conceito de identidade coletiva e defina a importância de literaturas capazes de gerar relações comunicacionais pautadas na autodeterminação sócio identitária.

O texto literário assume um poderoso símbolo histórico-cultural e passa a ser lido por sua identidade como um representante das vozes locais e apesar das contribuições de autores colonizados, hoje, ainda excluídos de um meio social, estarem lutando por respaldo e lugares de fala, foram assim que surgiram os primeiros indícios de uma consciência pós-colonial e com suas características específicas, seus traços de oralidade presentes na escrita, neologismos e a neossintaxe popular, passou-se a desafiar a literatura dos cânones dominantes.

Atualmente, de acordo com Mattos (2021), ocorre a transformação da voz do autor em um estandarte de luta contra o silenciamento imposto a população que é maioria no contexto brasileiro mas que se encontra a margem dos direitos sociais:

Nesse contexto, surgem as teorias acerca das literaturas expressivas de cada movimento oprimido: os grupos em defesa das mulheres vão se fixar na “literatura feminina”; os movimentos antirracistas vão delimitar a “literatura negra”; e, mais recentemente, pesquisadores ligados aos grupos lgbt tentam circunscrever coletâneas de uma “literatura homoafetiva”. Todos eles, evidentemente, pensam o autor como um integrante do respectivo grupo minoritário. (MATTOS, 2021, p.169)

Respaldo por esse nascimento surge o “lugar de fala”, um lugar de poder, apoiado na ideia da formação discursiva como esse lugar, de acordo com Roland

---

<sup>8</sup> tempo histórico, posterior aos processos de descolonização do “Terceiro Mundo”, o que remete a ideia de superação do colonialismo e de estarmos vivendo, portanto, uma era pós-colonial. (PEZZODIPANE, 2013)

Barthes, passível de permear reflexões a cerca desse tema no campo literário. De acordo com Barthes, a língua se torna um instrumento de poder, um ato de resistência produzido pelos autores, participantes do grupo identitário necessitado de espaço de fala e só capazes de alcançar esse objetivo conquistando um direito dentro de uma perspectiva de poder, capaz de abrir espaço a parcela excluída da sociedade.

### 3 LITERATURA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Cada indivíduo carrega consigo memórias e lembranças de experiências relacionadas a infância. Walter Benjamin (2009), crítico literário, coloca sob a lógica das lembranças a possibilidade de reparar na manifestação do outro e de si, estabelecendo relações entre cultura, infância, experiência, narrativa, história e memória e promovendo interações entre a criança da atualidade e seu mundo por meio das memórias infantis. Considerada como parte do desenvolvimento cognitivo do ser humano o primeiro contato com a literatura se encaixa nessa gama de experiências.

Em seu ensaio sobre literatura e construção de identidade, Leda Barone (2007) psicanalista e doutora em psicologia escolar, narra sobre a experiência estabelecida entre crianças e literatura dentro de sala de aula e o impacto das letras na vida de cada uma delas. De acordo com Barone, os livros teriam o poder de se constituir fonte, raiz e origem de um modo particular de ser e de olhar o mundo, de forma especial em crianças que, resgatando o olhar de Locke (2004), são folhas em branco a espera de experiências traduzidas em palavras responsáveis por as preencherem.

Em experiência com a educação, Barone desenvolve a técnica “*investimento na linguagem*”. Nela, propõe-se aos alunos narrar suas experiências de vida, falando livremente a respeito delas e sobre suas possíveis observações do mundo. Ela utiliza livros de histórias infantis com conteúdo abordando variadas vivências sociais, e assim, exercita nos alunos a prática da interpretação e da empatia com o personagem que preenche as páginas dos livros escolhidos. O resultado na prática foi um acréscimo considerável e comprovado na vontade de ler e na capacidade de filtro quanto a realidade alheia expressa nas páginas, por parte de seus alunos.

Assim, Barone (2007) compreendeu uma possível função da leitura na aprendizagem e na superação de dificuldades sociais atreladas ao sujeito leitor. Essas dificuldades, impossíveis de serem dissociadas do sujeito, das experiências, da história de vida, do gosto e do desejo dele, poderiam ser reformuladas dentro de um processo de construção e reconstrução da identidade, de realidade individual e de outrem.

A ideia do investimento da linguagem surgiu inspirada na vivência de Michèle Petit, autora de uma análise sobre a influência direta da leitura na vida do ser humano e reconhecimento da literatura como instrumento capaz de mudar

realidades e percepções. Em seu ensaio sobre a questão, a autora conta a experiência de Mia Rothenberg, uma jovem professora que lecionava para 32 crianças judias com idade entre 11 e 13 anos, todas sobreviventes de campos de concentração nazistas<sup>9</sup>:

São crianças com olhar de pedra, que construíram fortalezas para se proteger dos horrores que atravessaram, estão em carne viva, sentem-se aterrorizadas, violentas, não tem confiança em ninguém, e repetem dia após dia que querem voltar, reencontrar sua terra de origem. (PETIT, 2006, p.113)

Eram crianças com uma identidade em pedaços, buscando se reencontrar em pertencimento social, emocional e local. Nesse contexto, ocorre um fato capaz de modificar essa realidade, Mia Rothenberg conta a eles sobre a história dos indígenas nos Estados Unidos<sup>10</sup>, expulsos de suas terras, sem saber para onde ir, mas desejando retornar para suas casas, suas famílias e amigos. Um encontro de similaridades foi formado entre a vida das crianças e a história dos indígenas: o processo de perda havia sido o mesmo.

Diante dessa realidade, as crianças desabrocharam dentro de sala de aula, mergulhando na história dos indígenas de forma concreta, falando de sua cultura, e mais além, aprendendo a tecer e a fazer cerâmica, ou seja, vivenciando na prática a realidade de um povo diferente deles e ao mesmo tempo, muito próximo. Essa seria a aproximação identitária proporcionada pela literatura.

As crianças puderam compreender uma cultura diferente da sua e se relacionar com ela, comparando-as e assim, percebendo diferenças e semelhanças, reconhecendo a identidade do outro. Ler, portanto, pode tornar possível o desencadeamento de uma atividade narrativa estabelecadora de ligações entre os acontecimentos de uma história e os de quem lê, seja em situações de universos distintos ou em uma relação de comparação, proporcionado o espelhamento de uma realidade própria e o sentimento de pertencimento identitário.

A experiência, portanto, pode ser vista como essencial para o valor literário da construção de identidade. De acordo com Umberto Eco (2003), a literatura possui várias funções, dentre elas, criar identidade e comunidade. Cita como exemplo uma

---

<sup>9</sup> Os campos de concentração nazistas foram construções desenvolvidas durante a Alemanha nazista, conhecidas por aprisionar e promover o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. (SILVA, c2023).

<sup>10</sup> São considerados povos nativos da América do Norte aqueles que viviam na região quando chegaram os ingleses no século XVI. Entre os grupos indígenas mais conhecidos estão os Cherokees, os Iroqueses, os Algonquinos, os Comanches, os Apaches, os Esquimós, os Chipwyangs, os Crees, os Cheienes, os Sioux, dentre outros. (RODRIGUES, c2023).

possível causa do amor da humanidade pelas grandes histórias trágicas: se ver refletido nas páginas, mesmo que por meio de representações, se identificando com um destino inevitável.

A dolorosa maravilha que nos proporciona cada releitura dos grandes trágicos é que seus heróis, que poderiam fugir de um fado atroz, por debilidade ou cegueira, não compreendem ao encontro do que estão indo, e precipitam-se no abismo que cavaram com as próprias mãos.” (...) A função dos contos ‘imodificáveis’ é precisa mente esta: contra qualquer desejo de mudar o destino, eles nos fazem tocar com os dedos a impossibilidade de mudá-lo. E assim fazendo, qualquer que seja a história que estejam contando, contam também a nossa, e por isso nós os lemos e os amamos. (...) Creio que esta educação ao Fado e à morte é uma das funções principais da literatura.” (ECO, 2003)

Esse fenômeno pode exemplificar uma forma de identificação literária, ainda abstrata, mas símbolo do papel estruturante da literatura ao projetar um sentimento de comunidade entre leitor e autor. O escritor Antônio Candido menciona em suas reflexões sobre a literatura, a importância do homem, que é parte da sociedade, se comunicar com o outro e estar em contato com realidades alheia. Para o escritor, a literatura é capaz de cumprir essa função:

Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente de nossa vontade. E, durante a vigília, a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinho, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. (...) Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (CÂNDIDO, 2004, p. 174-5)

### **3.1 Autorepresentação na literatura brasileira**

No campo literário brasileiro, a ideia de comunidade e de empatia com a realidade de outrem, impulsionada pela leitura, ainda não é um fato presente configurando um espaço de exclusão. Escritores integrantes das classes dominantes política, social e economicamente, ainda possuem as rédeas da maior produção literária. Construindo narrativas baseadas em sua própria realidade, o conteúdo mais consumido pelos brasileiros não é capaz de realizar um papel efetivo identitário para

a grande parcela de leitores do Brasil, ainda mais no cenário de diminuição do número de leitores com o passar dos anos<sup>11</sup>.

A maioria das narrativas contemporâneas não possui personagens parte da parcela considerada como a margem dos direitos sociais e nem os coloca como detentores do pleno direito de serem autores de suas próprias narrativas, recebendo reconhecimento público por isso. Essa realidade dificulta a possibilidade de representação refletida no contexto de seus autores. Mulheres, pobres, negros e a comunidade LGBTQIA+, por exemplo, ainda são excluídos dessas narrativas, aparecendo apenas em posição secundária, sem voz e muitas vezes, marcados por estereótipos.

Em obras que conseguem romper a tradição estabelecida e construir um universo literário mais inclusivo, é presente uma tensão motivada pela contraposição a essas representações. Dentro dessas produções, pode-se destacar características específicas do fazer literário de quem procura retratar sua realidade fora dos padrões estabelecidos. De acordo com Pierre Bourdieu (1996), essas características são válidas e passíveis de serem introduzidas de diferentes maneiras dentro do fazer literário. Em sua teoria das representações sociais, os grupos, em seus processos comunicacionais, voltam-se para o campo de um objeto que os mobiliza, supondo igualdade na relação de seus membros ao construírem um conhecimento do senso comum, consensual, a respeito desse objeto.

A literatura é um terreno em que são reproduzidas e perpetuadas representações sociais considerando o escritor como alguém passível de tomar seu modelo de escrita diretamente da realidade, não qualquer realidade, mas especificamente a que lhe pertence. A partir do momento no qual essa realidade passa a ser classificada como própria e sua subjetividade não mais se separa do escrito, não é possível tomar outras realidades para si, além das suas, as quais o escritor não vivencia da prática e não fazem parte do seu cotidiano.

A literatura passa a ser classificada como uma reprodução da realidade própria e não de outrem. A partir dessa conclusão, o escritor pode seguir por dois caminhos: dar continuidade a escrita como representação da sua realidade ou escolher escrever sobre a realidade de outrem mesmo que pela visão alheia, extrínseca. Esse processo ocorre por três maneiras distintas de acordo com

---

<sup>11</sup> De acordo com a publicação Retratos da 44% da população não lê e 30% nunca comprou um livro na vida. (PAZ, 2022).

Bourdieu (1996): acolher as representações do social de forma esquemática; descrever essas representações com o intuito de evidenciar o caráter social e colocar as representações no crivo social de quem lê, incentivando um posicionamento.

A maneira escolhida pelo escritor para representar a realidade o classifica como defensor ou questionador, das duas maneiras, ao escolher representar a realidade de outrem mesclada com a sua percepção pessoal, é inegável a presença de elementos da subjetividade própria. Não seria possível escrever sem colocar no papel reflexões próprias, assim, quando um escritor escreve sobre a realidade do outro, a contamina com a sua e ela não é totalmente legítima. Para representar e bem ser representado, portanto, é necessário escrever de acordo com a sua realidade e a literatura brasileira ainda é um exemplo desse processo, escrita em sua maioria pela classe dominante, logo seus produtos atingem exclusivamente a classe dominante.

Esse ciclo pode ser quebrado se a classe não dominante escritora for encorajada a produzir literatura e a classe não dominante de leitores consumir a literatura capaz de representar e legitimar a realidade sua realidade. O escritor, para gerar identificação precisa ser alguém com uma trajetória e posição social dentro da representação pretendida ao falar no lugar do outro (BARTHES, 1999, p.33). O outro, no caso, é quem se encontra a margem da sociedade, o excluído social.

Os grupos marginalizados são todos os que vivem uma identidade coletiva passível de receber valoração negativa da cultura dominante, seja definidos por cor, sexo, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério (WILLIAM,1998). No Brasil essa categoria tem imensa dificuldade de chegar ao patamar de reconhecimento literário e assim, de estabelecer a ponte do processo comunicativo, não só com a classe dominante, no papel de quem consome e quem produz, mas de alcançar sua própria classe e de os fazer ser representados ao assumir identidade.

Por isso, o problema da representatividade no campo literário e na dificuldade de estabelecer o processo comunicacional entre autor e leitor não é passível de resolução apenas por inserção de realidades distintas, mas o ideal seria potencializar a voz de outras percepções fora do lugar de fala dominante.

É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial, mas uma assembleia formada só por brancos pode

realmente se dizer representativa quando aquelas que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? (PHILLIPS, 2001, p.6)

Pela exclusão perpetuada a séculos no cenário literário, grande parcela da população a margem social acredita ser incapaz de produzir literatura. A definição dominante de literatura, então, delimita um espaço privilegiado de expressão que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros. Portanto, os obstáculos para o acesso da população excluída a posição de leitor e escritor vem da própria percepção intrínseca de considerar para si esse processo comunicacional em nível utópico consolidando a crença da literatura como um espaço para eruditos.

No campo literário brasileiro uma pluralidade de perspectivas sociais é escassa e esse fato dificulta a inclusão pois, de acordo com a definição de Iris Marion Yong (2000), o conceito de “perspectiva social” reflete o fato de pessoas posicionadas na sociedade possuírem experiência, história e conhecimento social diferentes, tornando clara a necessidade de democratização do processo de produção literária.

Assim, não é sobre quem pode falar sobre quem, ou ainda, quem pode ou não pode escrever sobre outrem, mas sobre uma democratização do campo literário extensa e completa. A escrita dos marginalizados não possui uma pureza especial, inalcançável aos escritores da literatura dominante, mas é passível de produção da experiência vivida e da autenticidade discursiva e capaz de gerar mais identificação para o seu público semelhante.

#### 4 A CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA DA LITERATURA IDENTITÁRIA: MULTICULTURALISMO E SEMIÓTICA

Ter contato com literaturas de diferentes sujeitos, portanto, se torna um possível caminho para uma maior democratização social por meio da construção identitária. Valorizar o diferente, a história de indivíduos distintos, sua presença e visão de mundo e o contato com sua literatura pode promover uma formação de leitores multiculturais capazes de reproduzir a inclusão pós entendimento da realidade de outrem, ao ler sua própria representação.

Esse caráter da literatura como instrumento de criação identitária pode ser demonstrado pelo estudo de Janice Cristine Thiél, quanto a literatura dos povos indígenas e sua serventia de formação do leitor multicultural:

A leitura dos mais variados gêneros textuais e em especial da literatura proporciona, então, o conhecimento da pluralidade cultural do país, o que implica promover também a liberdade e igualdade de expressão, o exercício da cidadania e, conseqüentemente, o distanciamento de pré-julgamentos baseados em visões estereotipadas e pejorativas do outro e de sua cultura (THIÉL, 2013, p. 1177)

Levando em conta a relação da leitura e compreensão do outro, Abreu (2006, p.111) declara ler um ato passível de favorecer o encontro com a *alteridade*, seja de temas, modos de se expressar ou critérios de avaliação. Não se encontrou, até hoje, nenhum povo que não contasse histórias ou que não cantasse, mas cada povo, ou cada grupo, tem um jeito próprio de fazer isso e uma maneira peculiar de apreciar estas produções.

O contato com a literatura indígena e qualquer literatura multicultural, desafiaria e proporcionaria o encontro com este outro. No caso dos povos indígenas, a relação que possuem com a terra, o divino, a ordem social, a história, as artes por ser distinta da população dominante, problematiza a relação de quem se vê de fora dessa cultura e constrói uma relação com estes elementos e com a própria identidade, comparando-a com a de outrem, como mencionado anteriormente neste trabalho (THIÉL, 2013).

A comparação com a realidade do outro é capaz de fortalecer a própria realidade de quem é alheio a ela. A classe dominante e a parcela excluída, portanto, são passíveis de serem alvos da leitura como instrumento identitário válido. Por isso, a experiência aqui já narrada de Mia Rothenberg (BARONE, 2007), na qual crianças judias em busca de reafirmação identitária leem a história dos indígenas nos Estados Unidos é um exemplo disso. Expulsos de suas terras e assim, comparando

a as similaridades e as diferenças, as crianças são capazes de criar pertencimento e mergulhar na cultura de outrem. Esse mergulho significa romper a barreira do que é desconhecido, passível de preconceito e assim, deixar que se inicie um processo de inclusão. As crianças por conta da leitura aprenderam a tecer e a fazer cerâmica, atos parte da cultura indígena. A literatura capaz de provocar tais efeitos é a multicultural.

#### **4.1 O universo multicultural da literatura**

Como o processo comunicacional ocorrido dentro da sala de aula em questão, a literatura multicultural pode vir a ser um instrumento de diversidade e justiça social. Por literatura multicultural entende-se uma literatura capaz não somente de abranger diferentes culturas, mas diferentes temas e diversos grupos de leitores, considerando o fato de ao ler um livro se imergir na realidade lida. Dentro dessa realidade estão contidos ambientação, cultura e diálogos visuais, todos nascidos da percepção subjetiva do autor. O ato comunicacional da leitura envolve o processo de criação e descrição do de quem escreve, o emissor da mensagem que chega ao receptor, o leitor, e assim, fecha-se o ciclo do ato comunicacional.

Esse processo é chamado de interpretação. De acordo com Naiditch (2009, p.25) para interpretar a pergunta feita é: “O que o autor quis dizer com isso?”. Ao responder esta pergunta, o leitor faz de acordo com sua interpretação baseado em sua realidade e assim o contato com outras culturas e a internalização de outras realidades, mesmo permeadas com as suas, geram uma internalização de diversidade e justiça social. Logo, levando em conta esse fato, a literatura por si só tem grande capacidade de promover aprendizado. Atrelada a um conteúdo produzido pela parcela marginalizada socialmente, teria um papel a mais o de propagar extensão de realidades sociais e fomentar inclusão. Para Naiditch (2009), a literatura multicultural tem um papel no aprendizado e pode, inclusive, ser usada no contexto de sala de aula por seu caráter construtor de identidade:

Na sala de aula, os livros podem ser usados como forma de desenvolver outras habilidades e capacitações na criança e em adolescentes, mostrando como proceder ou o que fazer em diferentes situações, apresentado dilemas e contradições da vida cotidiana, apontando soluções e buscando alternativas para problemas sociais, psicológicos e emocionais em diferentes fases da vida. (NAIDITCH, 2009, p.27)

A literatura multicultural, de acordo estudiosos da área, tem muito a acrescentar à medida que ajuda a desenvolver uma compreensão mais universal

principalmente em relação a diferentes povos e culturas. Dentro de sala de aula é usada como instrumento para proporcionar aos estudantes, representando a parcela leitora da sociedade que está sendo formada para o convívio intelectual social, de leitores e receptores do processo comunicacional. É nesse ponto que surge a oportunidade de desenvolver uma sensibilidade às diferenças a medida literatura em questão não for um espelho de sua realidade e o sentimento de pertencimento identitário, caso seja.

Escritos de diferentes culturas chegam aos leitores como literatura, representando muito no contexto de uma realidade esquecida que precisa ganhar um espaço de inclusão e encontrar um caminho considerado legítimo pela sociedade para fazer parte. Ao potencializar a voz dos grupos marginalizados dentro da literatura, dá-se a eles um senso de respeito e legitimidade.

Na maioria dos textos literários a população excluída do contexto de valorização dos direitos como cidadãos são representadas por outrem, portanto, a realidade escrita não condiz com a sua, tornando ilegítima as descrições. As produções ilegítimas, mesmo sem intenção, acabam por se tornar represálias silenciosas:

Os autores pesquisaram livros utilizados em diversas classes primárias dos Estados Unidos e verificaram a ausência de personagens negros e da cultura afro-americana. O efeito desta ausência nos alunos afro-americanos é imenso, já que estes alunos não se veem representados na linguagem que a escola valoriza e não conseguem fazer conexões entre a literatura e suas vidas. Estudantes necessitam desta afirmação de suas vozes e suas culturas em sala de aula e a literatura é um dos elementos capazes de ajudá-los nesta busca de sentido entre sua identidade e a representação do mundo que a escola apresenta. (NAIDITCH, 2009, p.26)

O processo da literatura multicultural como instrumento identitário tem como resultado a interpretação da realidade de outrem ou identificação intrínseca por parte de quem lê de uma realidade da qual faz parte de forma majoritária e indiscutivelmente. O processo contém três fases importantes: identificação e descrição, discriminação e relações e comparações.

A identificação e descrição consiste em apontar e caracterizar aspectos culturais e elementos que definem, constituem e representam a população ou grupo; a discriminação consiste em diferenciar os elementos passíveis de serem identificados a partir da realidade e da evidência, resultando no julgamento pessoal ou em impressões subjetivas, processo importante para evitar a criação de

estereótipos. Por fim, a criação de relações e comparações é uma análise feita para confrontados com a cultura do outro, o autor possa compreender a si próprio.

Para comparar é preciso conhecer as duas realidades que se relacionam, despiando-se de uma e vestindo-se de outra, muita das vezes, oposta: enxergar-se no outro. Olhar para a cultura do outro faz com que o sujeito se questione sobre os elementos, valores e conhecimentos que identificam quem é, como pensa, como age e como responde a diferentes grupos de pessoas e situações.

Para demonstrar concretamente a ação da leitura multicultural na vida de uma pessoa pertence a um dos grupos marginalizados, foi feita uma entrevistada oral com Dávila Jucá, mulher transgênero. Durante a entrevista foram destacadas as três etapas do processo identitário. Dávila menciona a importância da transmissão de experiência não somente para pessoas semelhantes a ela, parte da comunidade trans, mas para todos aqueles não conhecem sua realidade. Uma leitora assídua, ela iniciou o seu contato com os livros em 2014 e vê como literatura de qualidade a capaz de proporcionar reflexão crítica, papel da literatura multicultural.

Ao longo da entrevista a subjetividade foi um tópico muito destacado ao se referir a leitura como instrumento de construção subjetiva, conhecimento que de acordo com sua experiência pode ser dividido em três categorias: o que não a cabe, o que cabe a ela e o que as outras pessoas não concordam, pois, não expõe a realidade particular de toda a sociedade, evidenciando o terceiro tópico de análise multicultural a medida que destaca a necessidade de confrontar a cultura do outro para entender a si mesma. Para ela, uma leitura de qualidade envolve pertencimento, contextualização, são leituras históricas, políticas, culturais, sociais, pessoais e o ato de ler precisa ter uma relação direta com a sua realidade para concretizar um sentir de pertencimento:

A construção da minha identidade foi atravessada por essa literatura estrangeira e eu não me sinto estrangeira ao corpo social brasileiro devido às leituras internacionais. Hoje, há leituras que consumo e que me promovem a sensação de pertencimento e impactam na construção constante da minha identidade. Por eu cursar psicologia e por estudar especificamente sexualidades humanas e gênero, acabo lendo sobre transexualidade e travestilidade e acabo pertencendo. Isso vai auxiliando na construção da minha identidade porque não tem como eu conhecer todas as travestis e transsexuais, mas tem como eu ter acesso ao discurso deles. (informação oral; JUCÁ, 2023)

Dávila destaca, porém, que nem toda literatura produzida por pessoas trans tem um caráter inclusivo, considerando a possibilidade da exclusão de dentro da comunidade e chamando atenção para o fato de cada indivíduo, mesmo pertencente

a um grupo social em comum, possuir sua própria individualidade, o que diz respeito ao segundo tópico de análise multicultural que visa evitar estereótipos:

Me sinto muito mais acolhida, pertencente, porque as pessoas não se representam na totalidade porque cada um tem uma história de vida — nessa parte da entrevista, absorta nas reflexões, percebi que mesmo em um mesmo grupo social, há sempre diferentes histórias de vida, no entanto, em meio a diferenças, há sempre aspectos que se “repetem” — Ao ler algo escrito por uma mulher trans, eu e autora compartilhamos de aspectos semelhantes, mas cada um vive sua peculiaridade de maneira muito subjetiva. Por mais que um autor seja trans não significa que terá uma perspectiva mais inclusiva, existem pessoas que são contra si mesmas de alguma maneira. A gente também vê poucos homens e mulheres trans escrevendo artigos científicos. (informação oral; JUCÁ, 2023)

A experiência de Dávila é da importância do acesso a literatura multicultural por parte da população transgênero, grupo negligenciado, levando em conta um coletivo que ainda é apagado e omitido do meio social. Ela a falta de personagens trans nos livros, espelhos da realidade de um autor marginalizado, e para além da literatura, em artigos científicos e trabalhos acadêmicos.

Uma pessoa trans como autor tem uma importância especial e sobre diversos assuntos, não apenas sobre sexualidade humana e gênero. Demonstrar a capacidade de produção dessas pessoas é importante para uma reafirmação de identidade. Só queria dizer que durante 16 anos eu tive acesso a literatura escrita por pessoas cis gêneros e só na faculdade eu comecei a ler literatura de pessoas trans e isso impactou na minha saúde mental de forma muito salubre por ter promovido pertencimento e por saber que de alguma maneira eu também posso ocupar o espaço de escritora, o espaço de mestra, o espaço de doutora, o espaço de uma pessoa que é reconhecida pelo que é e que deu espaço para sua identidade e vive de uma maneira feliz, primeiramente consigo mesma (informação oral; JUCÁ, 2023)

Dávila conta ainda um episódio pelo qual passou em sua construção de identidade com a participação da literatura. No lançamento do livro *Incorporação e Compartilhamento do Desejo: Notas sobre corporalidades e o caráter associativo entre travestis*<sup>12</sup> em São Luís, Maranhão, a autora, Juciana de Oliveira<sup>13</sup> distribuiu exemplares para o público presente. Dentre os livros sorteados, Dávila ganhou uma edição e passou por um momento simbólico de autoafirmação de sua identidade como mulher trans em contato com uma autora pertencente a sua realidade:

Na hora do recebimento do autógrafo, eu pedi pra ela autografar com três nomes: Davi, Dávila e Gaia, porque eu ainda estava escolhendo qual ia ser o meu nome. Aí ela colocou: “Espero que aproveitem as linhas que se seguem e aprendam com essas experiências de travestilidades, um beijo...Juciana”. E depois ela perguntou se esse livro ia ser pra três pessoas

<sup>12</sup> Publicado em 2019. São Luís, MA.

<sup>13</sup> Pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero, Memória e Identidade - GENI/UFMA. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: Gênero, Sexualidades, Travestilidades, Educação, Memória, Estudos Queer e Biográficos

e eu falei que não, ela perguntou o porquê dos três nomes e eu falei que eu ainda estava escolhendo o meu nome. Ao final ela disse “quando você escolher, me diga qual o seu novo nome pra eu te chamar” por ele. Eu fiquei muito contente com isso (informação oral; JUCÁ, 2023).

Aqui há a presença do primeiro tópico de análise da literatura multicultural, ao identificar e descrever um aspecto cultural em comum no grupo marginalizado capaz de trazer aproximação e pertencimento entre a comunidade.

Já Carla Mendes, mulher negra, relata seu hábito de leitura com início aos oito anos de idade. Tal interesse surgiu pela influência de seus professores. Das experiências que teve a que marcou sua vida foi a leitura dos diários de Carolina Maria de Jesus<sup>14</sup>, escritora da periferia. Apesar de pertencentes a classes sociais distintas, Carla e Maria são ambas mulheres e negras e se encontram em um ponto comum do processo comunicacional no qual Maria, escritora, tocou Carla, leitora, com seus escritos a ponto de fazê-la conhecer uma realidade econômica distante da sua e uma literatura não canônica diferente de tudo que havia tido contato antes. Assim pela comparação com sua realidade no ato de ler o produto de uma mulher semelhante a ela e ao mesmo tempo tão distinta, contribuiu para sua formação identitária:

Maria de Jesus é uma escritora de origem pobre, catadora de lixo que oferece um documento sociológico sobre seu cotidiano, documentos que foram vistos de primeira apenas como relatos diários, sem um teor literário, mas é mais que isso, sua narrativa é rica de elementos culturais do cotidiano atribulado das favelas, no qual o que me tocou realmente foi a forma que ela escreve, de maneira crua e simplória, com um português incorreto e sem métricas. (informação oral; MENDES, 2023).

A literatura válida, portanto, como posto no decorrer do trabalho não vai ser somente a dos cânones literários, mas a capaz de gerar identificação. Carolina Maria de Jesus escreve seu cotidiano, narra sua realidade seus sentimentos sobre a pobreza e sobre a fome e toca duas vertentes de leitores: quem passou pela mesma realidade e quem tem uma realidade distinta.

Por fim, Cauã, indígena, teve o primeiro contato com a leitura aos doze anos, fruto de uma inspiração que nasceu na figura de seu pai:

Ele falava que a única coisa que ele tinha para me dar nesse momento, era o conhecimento e como eu o via estudando muito, via o nível de inteligência dele, me senti muito maravilhado com isso. Estudando muito, a literatura brasileira foi uma das coisas que mais impulsionou ele mesmo, então acabei pegando essa admiração pela leitura. — Em 2019 quando eu estava no

<sup>14</sup> “Mulher, negra, semianalfabeta e catadora de papelão, Carolina Maria de Jesus foi uma das escritoras mais lidas do Brasil. Lançado em 1960, seu primeiro livro, “Quarto de Despejo”, é uma das obras mais marcantes da literatura brasileira, e vendeu cerca de 3 milhões de livros.” (QUEM..., 2022).

meu segundo ano da faculdade, eu li "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" de Ailton Krenak e me ajudou a construir uma identidade, porque foi um ano que eu pensei "vou terminar meu terceiro período e vou desistir do curso porque eu não aguento mais me sentir deslocado". (informação oral; CAUÃ, 2023).

Cauã enfrentou muitas dificuldades ao consolidar seu sentimento de pertencimento identitário, foi na literatura que encontrou o apoio necessário para consolidar a sua vivência:

Eu não sentia aquele preconceito como as pessoas às vezes julgavam que eu sentia, eu só me sentia distante, não sabia muito bem definir esse sentimento, só me sentia distante. A frase "eu não sentia muito bem o preconceito que eles julgavam que eu sentia" me deixou reflexiva na hora da entrevista. É tão comum julgar o outro não apenas quanto a sua aparência, cor, traços, origem, mas, principalmente quanto ao seu interior. O julgar o que o outro sente é grave (informação oral; CAUÃ, 2023).

Na verdade, a minha história é só uma abertura de caminhos para outros, para outra geração que tem que estar inserida na cultura do estudo porque na nossa aldeia a gente não aprende a ler, nem escrever. Tive oportunidade de começar a ler com os meus dez anos, depois que eu saí da aldeia (informação oral; CAUÃ, 2023).

#### **4.2 Semiótica discursiva no processo comunicacional identitário**

A libertação da "identidade ficcional", um termo aqui proposto por estudiosos da época, visto no artigo sobre lugar de fala de Marcelo Matos (MATOS, 2021, p. 161-184), é uma garantia da "arte literária como o protótipo do que seria literatura multicultural". Houve um tempo em que os leitores, dos iniciantes aos críticos, buscavam nas obras uma "aura" do seu criador, tornando a leitura uma pesquisa da persona-autora. Esse fenômeno é descrito por Roland Barthes (BARTHES, 2004) como "morte do autor", critério utilizado nesse trabalho como viés para autenticação da pessoa do autor como agente de formação identitária.

Essa morte do autor, ou pelo menos do autor tirano, se torna um rito de passagem para que outros "eus" também surjam nessa construção literária. O autor morre como uma só persona e renasce como aquele que representa toda uma classe, nesse caso, os que estão à margem da sociedade e assim se torna um com eles, os representando nas folhas de papel. Na prática, porque a literatura dos excluídos teria um diferencial? Porque ela daria a eles sentimentos de pertencimento e não a literatura, por exemplo, feita por negros ou indígenas?

Pois temos uma "voz autoral afrodescendente, por exemplo, explícita ou não no discurso: temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade

discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo.” (ASSIS, 2011 apud CAVALCANTE, 2022, p.10)

Todo esse processo pode ser explicado pelo que Mikhail Bakhtin propõe: “uma duplicação da autoria de modo que o enunciador do plano ficcional” (BAKHTIN, 1990), que ele chama de *autor secundário*, se desprenda da entidade primária autoral, o autor em si, tornando-a oculta, sem, contudo, sentenciá-la à morte.

A voz do autor primário torna-se, então, uma espécie de estandarte de luta contra o silenciamento para à parcela a margem da sociedade, tratada neste trabalho. Nesse contexto, surgem as teorias acerca das literaturas expressivas de cada movimento oprimido: os grupos em defesa das mulheres vão se fixar na “literatura feminina”; os movimentos antirracistas vão delimitar a “literatura negra”; e, mais recentemente, pesquisadores ligados aos grupos LGBTQA+ tentam circunscrever coletâneas de uma “literatura homoafetiva”. Todos eles, evidentemente, pensam o autor como um integrante do respectivo grupo minoritário.

O “lugar de fala”, portanto, tem alcance não apenas em depoimentos e relatos propriamente ditos, mas em toda criação discursiva, inclusive acadêmica e artística. Por esse viés é que se iniciam os debates que buscam a vinculação do conceito à produção cultural, em especial a literária:

Uma vez conscientes do quanto o “falar pelo outro” pode ser em si um gesto opressor, muitos representantes dos movimentos sociais passam a requerer o “lugar de fala” como pré-requisito da produção cultural e acadêmica, quando esta diga respeito àquela. O conceito, então, assume a sua vocação política e sobre ele não haveria incômodo algum, não fosse a determinação dos pesquisadores com relação à precisão científica dos seus trabalhos. É a obstinação pela ciência — acima, inclusive, do desejo pela luta — que levanta dúvida acerca da validade desse fator para a análise literária. (MATTOS, 2021, p.172)

A semiótica didática (GREIMAS, 1979) é uma das teorias voltadas para a investigação a respeito do modo como o sujeito produz sentido para o texto e, portanto, tem implicações para a literatura como formação identitária considerando que de acordo com Russell (2003, p.21), é uma abordagem relativista de um sentido, se não sempre incompleto, pendente nas tramas do discurso:

Tomando, assim, o texto como objeto de significação, a semiótica se preocupa em estudar os mecanismos que o engendram, que o constituem como um todo significativo. Em outras palavras: procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz, examinando,

em primeiro lugar, o seu plano de conteúdo, concebido sob a forma de um percurso global que simula “geração” do sentido. Ao priorizar o estudo dos mecanismos intradiscursivos de constituição do sentido, a semiótica não ignora que o texto é também um objeto histórico determinado na sua relação com o contexto (tomado em sentido amplo)<sup>5</sup>. Apenas optou por olhar, de forma privilegiada, numa outra direção (MATTE, 2009, p.339)

Na semiótica discursiva a história narrada funciona como um abrigo de valores e do discurso com poder de explicitar relações lógicas produzindo efeitos de sentido. Nesse contexto, vai além da linguística, estendendo-se para outros domínios como a comunicação, as artes e a sociologia. Interdisciplinar, permite análises textuais nos mais diversos campos do conhecimento que dela podem valer-se para resolver problemas relativos à construção do sentido em diferentes objetos.

A semiótica, portanto, deve ser entendida como a teoria que procura explicar o ou os sentidos do texto pela análise, em primeiro lugar, de seu plano de conteúdo como discute a professora Diana Barros em seu estudo da relação da semiótica com o texto literário e o processo comunicacional nascido desse encontro:

A mudança de posicionamento frente aos fatos de linguagem levou ao aparecimento de propostas teóricas diversas que concebem o texto, e não mais a frase, como unidade de sentido e que consideram, portanto, que o sentido da frase depende do sentido do texto. Ao lado dos estudos do texto, desenvolveram-se, também, diferentes teorias pragmáticas ou da enunciação que têm em comum o ponto de vista adotado de exame das relações entre a instância da enunciação e o texto-enunciado e entre o enunciador do texto e o enunciatário, para quem o texto é fabricado. (BARROS, 2005, p. 11)

A semiótica discursiva é um meio de descrição e explicação do que a narrativa diz e como faz para dizer o que diz. Assim, dá à luz a literatura como instrumento identitário em um processo comunicacional entre dois sujeitos. A narrativa encontra seu lugar entre os objetos culturais, inserida em uma sociedade e determinada por formações ideológicas específicas: a literatura escrita por quem está à margem da sociedade e consumida por quem faz parte da parcela marginalizada. O texto precisa ser examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido.

De acordo com Barros (2005, p.12), o texto só existe quando concebido na dualidade que o define — objeto de significação e objeto de comunicação — e, dessa forma só pode ser validado com a presença de mecanismos internos (fatores contextuais ou sócio-históricos). Para explicar “o que o texto diz” e “como o diz”, a

semiótica examina procedimentos da organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto.

A análise semiótica da produção de sentido dessas narrativas conta com três fases: a primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima; no segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito; o terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

De acordo com pesquisas desenvolvidas no GESTO, Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins (SILVA, 2017) a semiótica didática pode ser aplicada em leitores dispostos a mergulhar em um processo extrínseco e então, olhar o mundo e não o julga como se dele ausente, mas se situar no mundo e compreender como as realidades alheias, dos outros seres humanos das mais diferentes culturas e étnicas, modificam o seu fazer teórico (SILVA; REIS, 2014).

Ler é ausentar-se do mundo para uma nova forma de relacionar-se com o mundo, aquele construído pela linguagem. Por meio da literatura se torna possível por instantes, enquanto tem-se os olhos no livro, deixar de ser quem é para ser um outrem e quando se retira da leitura e volta a ser quem é, traz consigo resquícios e impressões de uma realidade não sua, mas do mesmo modo, importante para a formação do sujeito leitor: a partir do diferente no outro, consolido quem sou comparando as realidades distintas e entendo o sujeito diferente, absorvendo seus diferenças e tornando a troca comunicacional inclusiva.

Considerada uma produção que atende princípios da diversão e distração do que a valores de natureza pragmática, a literatura não integra igualmente o cotidiano de interesses de todas as classes sociais. Nessa direção, o “bom gosto”, relativo à capacidade de ler o que deve ser compreendido como a “boa literatura”, colabora não apenas para os efeitos da distinção, o estabelecimento de normas para classificação das coisas, como também para classificar os sujeitos (FIORIN, 1997).

Colocando então o sujeito como parte relevante do processo, quem lê não é mais uma abstração pressuposta por uma significação textual existente no processo comunicacional: o “receptor” ou “destinatário”. Ele é tudo isso e algo a mais pois se torna o “centro do discurso” responsável por construir, interpretar, reafirmar ou rejeitar significações expostas no que leu. (RUSSELL, 2003, p. 24)

O leitor, conforme Russell, não apenas atribui significações, mas se inscreve na ordem dos sentidos reagindo ao relatar seu modo de ser no mundo. Poderíamos pensar numa máxima como “diga-me o que lê e te direi quem és” (SILVA, 2017). Do ponto de vista da semiótica, o processo de construção identitária acontece a partir do momento em que se colocam condições de acessibilidade e inclusão ao leitor, que o levem a ter contato com a literatura multicultural e ao autor que produz uma literatura multicultural, dar subsídios para que a produza, auxiliando no processo de desvendamento para tornar possível a percepção de procedimentos e associações identitária que opera ao ler.

Proporcionar a possibilidade de atribuição de sentido ao relacionar os textos a elementos das suas experiências particulares, atestando a compreensão, mas sem comprometer-se com uma prática mais escolarizada/acadêmica faz parte do processo de construção identitária pelo viés semiótico. Para a semiótica interessa não apenas o que está escrito, mas os processos que os sujeitos operam ao ler, considerando o leitor inscrito na história.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do silenciamento e da padronização da literatura mundial e brasileira que pouco contempla literaturas femininas, afro-brasileiras, africanas e indígenas, foi possível reconhecer a literatura como capaz de reformular identidades e assim, considerar escritos detentores de comportamentos e crenças de diferentes culturas e grupos, suas visões de mundo, temas e estilos, para dar luz a uma formação autoidentitária de pertencimento.

O uso da literatura multicultural é um instrumento para desenvolver a consciência e a sensibilidade dos leitores sobre questões de diversidade na sociedade. Quando se faz uma leitura geralmente surge o questionamento: “O que o autor quis dizer com isso?”. Mesmo reconhecendo não ser possível estabelecer a intenção do autor, já que este não se encontra presente para participar da discussão, há a presença de elementos que mostrem o cotidiano, a vivência intrínseca, a cultura de quem faz parte dessa parcela de excluídos e ao ler, se passa a compreender para além da visão superficial que se tem do outro porque se emerge no contexto do que foi escrito como parte da vivência do autor.

Foi Reconhecido e explicitado a literatura multicultural como instrumento de identificação e pertencimento para a população a margem social com sua própria cultura, algo essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva ao outro, estabelecendo um padrão diferente do que se coloca como senso comum de inteligência, capacidade intelectual, cultural e regras sociais, compreendendo o diferente não sinônimo de inferior, mas de abertura para um novo universo capaz de proporcionar imersão e valorização da literatura no campo comunicacional entre culturas e universo distintos.

Portanto, o rompimento de barreira entre realidade pessoal e realidade de outrem pode acontecer não apenas por parte de quem não é excluído social e se depara com uma escrita de um ou de vários sujeitos que fazem parte dessa parcela e de repente, se veem não só representados, mas reafirmados como legítimos nas páginas escritas e não oprimidos por uma literatura, como é majoritariamente a brasileira e mundial, protagonizada pela parcela não excluída, narrada por essa parcela sem presença de legitimidade como será explicitado ao longo do trabalho. A literatura multicultural, portanto, ajuda a desenvolver uma compreensão sobre questões universais, especialmente com relação a diferentes povos e culturas e contribui assim, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para tanto, algumas iniciativas podem ser tomadas para democratizar o acesso a literatura multicultural, por parte de quem produz e consome, como despertar o gosto pela leitura da literatura afro-brasileira e indígena; perceber a importância da literatura na formação humana e em seus processos criativos de vivência no mundo; reconhecer a linguagem literária como possibilidade de ressignificação do mundo ao seu redor e de outras realidades multiculturais; conhecer obras e autores da literatura afro-brasileira e indígena na intenção de ampliar seu repertório de leitura em uma perspectiva multicultural.

Portanto, para a semiótica discursiva, ler uma produção multicultural se torna um eterno ato de produção de sentido, que engaja o sujeito. Diante das peculiaridades do ser desse sujeito, de seu modo de interagir com os outros, com os textos, com o mundo, pela sua história de vida e de formação, pelos seus interesses de leitura vê-se que coexistem diferentes possibilidades de produção de sentido. Disso resulta que, a leitura multicultural é uma porta de entrada de sentidos diversos e um espaço para partilhas e multiplicidade de pontos de vista.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Cultura Letrada**: literatura e leitura. São Paulo: UNESP, 2006.

ADICHIE, Chimamanda Nhozi. **O perigo de uma história única**. Revisão de Marina Nogueira e Viviane T. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Editora UNESP, 1990.

BARONE, Leda Maria Codeço. Literatura e construção da identidade. **Rev. Psicopedagogia**, [S.l.], v. 24, n. 74, p. 110-116, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v24n74/v24n74a02.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4. ed. São Paulo: Editora PARMA LTDA, 2005.

BARTHES, Roland. A morte do autor. *In*: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BATISTA, Gustavo Araújo. Um ensaio sobre algumas categorias do pensamento filosófico educacional de John Locke. **Educação Unisinos**. [S.l.], v.14, n.3, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/697/124> . Acesso em: 18 jun. 2023.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense; 2009. p. 114-119.

BERRY, Nicole. **O sentimento de identidade**. São Paulo: Escuta;1990.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Traduzido por Myriam Ávila *et al.*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Sergio Miceli *et al.* São Paulo: Edusp, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In*: CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; 2004. p. 165-191.

CAVALCANTE, Márcia. Unidade Curricular. Leitura e Multiculturalidade. *In*: Estado do Piauí. Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação do Governo do Piauí. Material de apoio a ação docente. Teresina: SEDUC, 2022.

COUTINHO, Fernanda. Representações da infância na obra machadiana: o menino é pai do homem? **Machado Assis linha**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 74-89, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mael/a/cJVPNSgKcsMwKy4xnCSgSWH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DE ROSSI MARTIN, V. L. Algumas propostas para o ensino das literaturas africanas e afro-brasileira no Ensino Médio. **Abril – NEPA / UFF**, [S.l.], v. 8, n. 17, p. 125-132, 9 jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29913>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ECO, Umberto. **Sobre algumas funções da literatura**. In: ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Rio de Janeiro:Record; 2003. p. 9-21.

FAGUNDES, André Luiz de Oliveira. Cartas pedagógicas de John Locke à Modernidade. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1918-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1918-0.pdf). Acesso em 23 jan. 2017

FERRARA, Bernardo. Meia-noite, viana: do chat ao romance epistolar. **Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras**, [S.l.], v. 5, maio 2013. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/4353/4167>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FIORIN, J. L. **O gosto da gente, o gosto das coisas**: abordagem semiótica. São Paulo: EDUC, 1997.

GREIMAS, A. J. Pour une sémiotique didactique. In: GREIMAS, A. J. **Le Bulletin du groupe de recherches sémio-linguistiques**. [S.l.]: Institut de la Langue Française, 1979. p. 3-8.

HUNT, Lynn. O Romance e as Origens dos Direitos Humanos. *Interseções entre História, Psicologia e Literatura*. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p.267-289, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/mJtrz448VwqqCsZ9vv6zQQR/#>. Acesso em:

LOCKE, John. **Alguns pensamentos sobre a educação**. Wrington: Almeidina, 2012.

MARTINS, E. de R. Processos históricos, aprendizagem e educação de uma “segunda natureza”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, p. 73-91, abr./jun. 2016.

MATTE, A. C. F.; LARA, G. M. P. Um panorama da semiótica Greimasiana. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 53, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2119>. Acesso em:

MATTOS, Marcelo Brandão. **O “lugar de fala” e as “falas do lugar” na enunciação literária: o dilema pós-colonial**. *Literatura: teoria, história, crítica*, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 161-184, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/lthc.v23n1.90598>. Acesso em:

NAIDITCH, F. Literatura multicultural e diversidade na sala de aula. Multicultural literature and diversity in the classroom. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 25-32, jan./abr. 2009.

O QUE são direitos humanos? Os direitos humanos pertencem a todos e todas e a cada um de nós igualmente. *In*: UNICEF Brasil. [S.l.: n.s., 2015]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>. Acesso em:

PAZ, Walmaro. No Brasil, 44% da população não lê e 30% nunca comprou um livro, diz Rafael Guimaraens. *In*: Brasil de Fato: Porto Alegre: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/24/no-brasil-44-da-populacao-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-diz-rafael-guimaraens>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PETIT, Michèle. A leitura em espaço em crise. **Rev. Bras. Psicanál.**, [S.l.], v. 40, n. 3, p.149-67, 2006

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. **Pós-colonial: a ruptura com a história única**. Simbiótica, Ufes, v.ún., n.3

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença? Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 268-290, 2001.

QUEM foi Carolina Maria de Jesus, uma das mais importantes escritoras do Brasil. *In*: G1 São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/18/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-uma-das-mais-importantes-escritoras-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2023.

RODRIGUES, Pedro Eurico. Povos nativos da América do Norte. *In*: InfoEscola: navegando e aprendendo. [S. l.: s. n.], c2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com/antropologia/povos-nativos-da-america-do-norte/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SAID, Edward W. Orientalismo. **O Oriente como invenção do Ocidente**. Traduzido por Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Daniel Neves. Campos de concentração nazistas. *In*: História do Mundo. [Goiânia: s.n.], c2023.

SILVA, L. H. O. Não vejo o mundo com seus olhos: inquietações sobre a leitura e a literatura na perspectiva da semiótica didática. *In*: BRITO, A. R.; SILVA, L. H. O.; SOARES, E. P. M. (org.). **Divulgando conhecimentos de linguagem: pesquisas em língua e literatura no ensino fundamental**. Rio Branco: NEPAN, 2017. p. 287-312.

SILVA, L. H. O.; REIS, N. V. Caminhos de uma semiótica aplicada: as orientações primeiras de uma semiótica didática. *In*: CONGRESSO ABRALIN EM CENA, 2014, Araguaína. **Anais** [...] Araguaína: UFT, 2014. p. 42-97. Disponível em:

[https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2021/08/ANAIS-\\_-Abralin\\_em\\_Cena TO.pdf](https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2021/08/ANAIS-_-Abralin_em_Cena_TO.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.

THIÉL, Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/38161>. Acesso em: 25 jun. 2023.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. USA: Oxford University Press, 2000.

ZUMTHOR, Paul. 1995. **A letra e a voz**: a “literatura” medieval. Tradução de Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Transcrição da entrevista com Dávila Juca, mulher trans

**P:** Você se considera uma leitora?

**R:** Sim, me considero uma leitora constante

**P:** Desde quando você começou a ter contato com a leitura?

**R:** Acredito que a partir do meu nono ano, 2014 e a partir disso comecei a ler cada vez — antes que eu pudesse fazer outra pergunta já premeditada sobre sua leitura atualmente, ela se adiantou — E a leitura só cresce até hoje em dia, não apenas com relação ao quantitativo, mas também ao qualitativo, em comparação aos anos anteriores...

**P:** O que significa leitura com qualidade para você?

**R:** Ela hesitou por alguns milésimos de segundos e logo após concluiu que acreditava que leitura de qualidade, em sua subjetividade, seria a promoção de reflexão crítica, o exercício da criticidade. Com o desenrolar de seus argumentos pude perceber que não se refere necessariamente ao texto que gera sensação de pertencimento, até porque ao longo da entrevista a subjetividade para ela, parecia ser um tópico muito louvável e digno de ser destacado, mas se referia a leitura como instrumento de construir a capacidade, de dar à luz críticas mais elaboradas, conhecimento que segundo ela poderia ser dividido em três categorias: o que não me cabe, o que cabe a mim e o que as outras pessoas ou eu mesma posso não concordar, pois, de alguma maneira, não expõe a realidade objetiva ou subjetiva em que vivo. Uma leitura de qualidade envolve pertencimento, contextualização, são leituras históricas, políticas, culturais, sociais, pessoais.

**P:** Qual o estilo de leitura que você consumia no início da sua trajetória de leitora?

**R:** Eram mais literaturas estrangeiras do que nacionais, apesar de lê-las.

**P:** O que você lê tem relação com a sua realidade?

**R:** Sim. Consegui me identificar apesar de consumir mais conteúdo internacional. O fato de o autor ser alguém que provavelmente nunca tenha viajado ao Brasil, que não saiba da realidade do Brasil e que nunca tenha feito referência ao país não impediu a relação entre o lido e a sua realidade. Ainda assim consegui perceber alguns elementos presentes na minha vida. A construção da minha identidade foi atravessada por essa literatura estrangeira e eu não me sinto estrangeira ao corpo social brasileiro devido às leituras internacionais.

**P:** E a leitura que você consome hoje em dia? Acha que consegue se identificar? Lê com o objetivo de formar uma identidade ou de reafirmar uma identidade que já existe?

**R:** Sim. Tem leituras que consumo e que me promovem a sensação de pertencimento e impactam na construção constante da minha identidade. Por eu cursar psicologia e por estudar especificamente sexualidades humanas e gênero, acabo lendo sobre transexualidade e travestilidade e acabou pertencendo. Isso vai auxiliar na construção da minha identidade porque não tem como eu conhecer todas as travestis e transsexuais, mas tem como eu ter acesso ao discurso deles.

**P:** E você se sente representada de alguma forma na literatura que abrange mulheres trans?

**R:** Sim, eu me sinto mais representada. Não sei nem se essa palavra representada cabe tão bem, mas me sinto muito mais acolhida, pertencente, porque as pessoas não se representam na totalidade porque cada um tem uma história de vida — nessa parte da entrevista, absorta nas reflexões, percebi que mesmo em um mesmo grupo social, há sempre diferentes histórias de vida, no entanto, em meio a diferenças, há sempre aspectos que se “repetem” — Ao ler algo escrito por uma mulher trans, eu e autora compartilhamos de aspectos semelhantes mas cada um vive sua peculiaridade de maneira muito subjetiva. Por mais que um autor seja trans não significa que terá uma perspectiva mais inclusiva, existem pessoas que são

contra si mesmas de alguma maneira. A gente também vê poucos homens e mulheres trans escrevendo artigos científicos.

**P:** Porque esses números são tão baixos?

**R:** As razões surgem dos atos de preconceito e discriminação. Esses atos criminosos, porém, têm início no ambiente escolar. Pessoas transexuais na escola, ensino fundamental e médio são vítimas de um nome grande, complicado e assustador, reflexo do seu significado, a expulsão compulsória. A que sai da escola, que não frequenta o ensino fundamental e conseqüentemente, não frequenta o ensino superior, diminui as probabilidades de conseguir um emprego formal. A expulsão compulsória não se trata do não querer participar da escola, mas ser levada a isso como conseqüência dos atos discriminatórios que sofrem.

“Isso acaba impedindo a formação de sua identidade. Se você negligencia uma identidade, você está negligenciando uma história também — ela entra então novamente, na questão da formação identitária. Se dessa forma as pessoas trans, como conseqüência do preconceito perdido acabavam sendo impossibilitadas de viver uma construção de identidade plena. Se novamente a caneta é arrancada de suas mãos e jogada ao longe, se as palavras que conseguem escrever são ditadas, reproduzidas, se suas mãos não se mexem mais por conta própria, como resgatar esse furor da descoberta identitária? Como fazer surgir um fogo alimentado pelo combustível do pertencimento?”

**P:** Você acha que é importante, mesmo em poucos números, essa literatura produzida por pessoas transexuais, chegar a quem não teve acesso a produção para pelo menos consumir e formar uma identidade?

**R:** Sim, é muito importante. É extremamente importante porque a gente fala de um grupo que é negligenciado, a gente fala de um coletivo que nitidamente existe, mas que é apagado e omitido. É importante que haja personagens trans nos livros, nos artigos científicos. Uma pessoa trans como autor tem uma importância especial e sobre diversos assuntos, não apenas sobre sexualidade humana e gênero.

Demonstrar a capacidade de produção dessas pessoas é importante para uma reafirmação de identidade.

**P:** Você tem algo a mais para acrescentar quando a literatura na tua vida? O que representa para você?

**R:** Só queria dizer que durante 16 anos eu tive acesso a literatura escrita por pessoas cis gêneras e só na faculdade eu comecei a ler literatura de pessoas trans e isso impactou na minha saúde mental de forma muito salubre por ter promovido pertencimento e por saber que de alguma maneira eu também posso ocupar o espaço de escritora, o espaço de mestra, o espaço de doutora, o espaço de uma pessoa que é reconhecida pelo que é e que deu espaço para sua identidade e vive de uma maneira feliz, primeiramente consigo mesma

“Passei um episódio durante o lançamento de um livro, mais especificamente do livro “Incorporação e compartilhamento do desejo: Notas sobre corporalidades e o caráter associativo entre travestis em São Luís, Maranhão” e a autora se chamava Juciana de Oliveira. No dia do tão esperado lançamento, a autora por meio de uma iniciativa espontânea, resolveu distribuir alguns exemplares para o público presente, dentre os livros sorteados, ganhei uma edição e logo após fui buscar o autógrafo. O extraordinário dessa situação é que eu estava passando por um acontecimento simbólico, de me identificar como mulher trans, a escolha e a mudança do meu nome e tava indecisa entre três opções.”

“Na hora do recebimento do autógrafo, eu pedi pra ela autografar com três nomes: Davi, Dávila e Gaia, porque eu ainda estava escolhendo qual ia ser o meu nome. Ai ela colocou: “Espero que aproveitem as linhas que se seguem e aprendam com essas experiências de travestilidades, um beijo...Juciana”. E depois ela perguntou se esse livro ia ser pra três pessoas e eu falei que não, ela perguntou o porquê dos três nomes e eu falei que eu ainda estava escolhendo o meu nome. Ao final ela disse “quando você escolher, me diga qual o seu novo nome pra eu te chamar” por ele. Eu fiquei muito contente com isso.”

Outro episódio que vivi foi com uma psicóloga conhecida nacional e internacionalmente, Debora Noal, uma referência na profissão e que faz parte programa de Médicos Sem Fronteiras e tem muitas experiências com relação a catástrofes e pós-guerra. Ela é muito sábia e muito humana. Ela escreveu o livro “O Humano do Mundo, diário de uma psicologia sem fronteiras”, sobre a experiência dela no Brasil e no mundo auxiliando pessoas em diversas vulnerabilidades.”

“Nós nos abraçamos, ainda não era momento de pandemia e eu pedi pra ela autografar o livro. Aí falei para ela perguntei a ela se poderia autografar pra mim com três nomes e ela perguntou quais, eu disse Davi, Dávila e Gaia e contei que ainda estava escolhendo o meu nome. Ela autografou e disse que estava muito contente de ter esse contato comigo, foi muito sensível e também pediu para eu avisá-la quando mudasse. Ainda escreveu uma dedicatória e postou no Instagram dela uma foto comigo nos seus destaques escrito “Davi/Gaia”. Virei um destaque no instagram dela e também na história de vida dela.”

## **APÊNDICE B – Transcrição da entrevista com Carla Mendes, mulher e negra**

**P:** Você sempre teve o hábito da leitura?

**R:** Sim, tem hábito de leitura desde os oito anos de idade, sempre teve interesse pois foi influenciada por seus professores e também por ser filha única tinha os livros como companheiros

**P:** Que tipo de literatura você mais consumiu durante a sua vida?

**R:** Tem um equilíbrio entre literatura estrangeira e nacional, lia Monteiro Lobato. Queria fazer parte dos livros mas via a diferença. Hoje em dia mudou bastante, lê de tudo, o curso de letras a influenciou para isso e depois que entrou se tornou mais assídua ainda. Antigamente eu li o pequeno príncipe, com 16 anos, e mexeu muito comigo, com meus valores, no sentido de valorizar mais o outro. Uma autora que marcou muito a minha vida foi a Carolina Maria de Jesus, uma escritora da periferia. Me identifiquei muito com a forma que ela escreve, de forma crua.

**P:** Você é escritora além de leitora. Você costuma escrever com base em que?

**R:** Escrevo com base no que eu vivo ou em coisas que eu quero viver . Pra mim, eu escrevo sobre a minha realidade. Quando eu escrevo o que eu sinto, sou eu em mim mesma e quando eu leio vejo muito isso da identificação. Eu acho que a literatura é para fazer pessoas livres, eu vejo isso em Ferreira Gullar, a arte existe porque a vida não basta. A literatura me enriquece, a literatura é conhecimento.

## APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com Cauã, indígena

**P:** Você sempre foi um leitor?

**R:** Eu comecei a ler quando tinha uns doze anos por influência do meu pai. Quando eu era criança, lembro que ouvia muitas histórias sobre como era a vida bem antes dele vir. Ele falava que a única coisa que ele tinha para me dar nesse momento, era o conhecimento e como eu via ele estudando muito, via o nível de inteligência dele, me senti muito maravilhado com isso. Estudando muito, a literatura brasileira foi uma das coisas que mais impulsionou ele mesmo, então acabei pegando essa admiração pela leitura.

**P:** Hoje em dia é diversificado o que você lê?

— É demais. Acho que com o curso, eu comecei a estudar um pouco mais da literatura brasileira, Cecília e o Machado de Assis, são os dois que eu potencializo, devido a melhora da escrita e da fala. Acabei diversificando mais devido ao curso.

**P:** O que você leu durante a sua trajetória como indígena ajudou na sua formação identitária?

**R:** Quando era mais novo não tinha acesso morando na tribo, mas hoje em dia, na minha aldeia tem uma escola com um acervo incrível, inclusive de escritores indígenas, mas eu acredito que em 2019 quando eu estava no meu segundo ano da faculdade, eu li "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" de Ailton Krenak e me ajudou a construir uma identidade, porque foi um ano que eu pensei "vou terminar meu terceiro período e vou desistir do curso porque eu não aguento mais me sentir deslocado". Eu não sentia aquele preconceito como as pessoas às vezes julgavam que eu sentia, eu só me sentia distante, não sabia muito bem definir esse sentimento, só me sentia distante.

"Eu sentia que as pessoas poderiam me olhar de outra forma. Eu tenho que começar a ter uma força pra mim mesmo, da minha aldeia o único que saiu para estudar fui eu. Talvez eu não tenha uma vida tão plena como as pessoas do direito

acreditam que a gente vá ter, desejo óbvio, mas outros poderão trilhar um caminho menos ardiloso do que eu caminhei e meus pais caminharam. Na verdade, a minha história é só uma abertura de caminhos para outros, para outra geração que tem que estar inserida na cultura do estudo porque na nossa aldeia a gente não aprende a ler, nem escrever. Tive oportunidade de começar a ler com os meus dez anos, depois que eu saí da aldeia.”

**P:** Do acervo que você disse que tem lá, os livros são de autores indígenas?

**R:** Sim. Tem muitos autores indígenas, principalmente a Eliane Potiguara, que faz a inserção das imagens e da cultura através da oratória.

**P:** Você vê uma propagação, transmissão da cultura no meio literário como um processo que reforça a manutenção da identidade e tradição indígena?

**R:** Reforça, porque, por exemplo, do Ailton, ele tem uma base muito de expor os fatos. Lidar com essa realidade muito cedo é duro. Quando você tem essa realidade muito rápido, assim que nasceu, aos cinco anos, você tá entendendo o que tá acontecendo no mundo afora. Uma criança, independentemente de cultura, não vai entender o que levou a pessoa a queimar a sua casa. Quando você lida com a realidade você começa a se importar mais, você quer vencer o preconceito, mas quer mostrar que sua cultura é importante. Que mesmo que você saia da aldeia não significa que você perdeu a sua cultura, então essas leituras acabam trazendo uma volta porque muitos que saem da aldeia não voltam mais devido a um medo de passar doenças e outras coisas. A literatura é uma volta para a mãe natureza de novo, um chamado para nossa cultura.

**P:** Gostaria de acrescentar algo sobre a sua visão do que é literatura?

**R:** Só que a literatura muda o mundo. Tipo, quando eu era ainda criança tive contato com uma professora de português que era bem rígida, bem curta e grossa, e me incentivou muito a ler, falava sobre diversidade dos pontos de vista que eu podia entender lendo e pra ela, o ato de ler era importante porque mostrava realidades corretas e outras não tão corretas assim que era pra questionar. Ao ler você entende

que o lado do outro precisa ser ouvido, algumas coisas questionadas. É preciso conhecer um pouco da história de um povo, porque um povo sem história, é um povo sem vida, então se conseguimos ter essa imersão através da literatura...eu tenho esse ponto forte com a literatura e a construção da minha identidade através da leitura.